

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Crianças e Jovens de/na Rua. O Caso do Município do Lubango.

Urânia de Fátima de Oliveira Francisco Bahu

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientador:

Doutora Maria João Barroso Pena, Professora Auxiliar, Convidada,

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro

2013

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem a colaboração de algumas pessoas, que no meio dos seus afazeres disponibilizaram algum tempo para que esta investigação se tornasse possível;

Aos professores do mestrado em Serviço Social que com dedicação e paciência partilharam os seus conhecimentos;

À professora Doutora Maria João Barroso Pena, pela paciência, dedicação, cooperação e conselhos dados durante a orientação deste trabalho;

À Maria Luís Figueira, pela atenção e paciência;

Aos técnicos do Ministério de Assistência e Reinserção Social, ao Instituto Nacional da Criança e a Rede Criança – Huíla;

Às crianças e jovens que sem hesitações aceitaram de bom grado partilhar a sua experiência;

Aos meus pais e irmãos que apesar da distancia se mostraram incansáveis no seu apoio;

Ao meu marido Helder Alicerces Bahu que muito me apoio e sem o qual este sonho não seria possível;

À minha filha amada Alissa Isabel;

O meu muito obrigada.

RESUMO

A presente dissertação resulta de um estudo sobre as crianças e jovens *de/na* rua no município do Lubango. No mesmo, pretendeu-se compreender e analisar os fatores que estão na base da existência de crianças e jovens *de/na* rua no município em estudo.

A investigação integra-se numa abordagem qualitativa/interpretativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas, aplicadas, para além do grupo-alvo, também aos técnicos da ação social. Posteriormente, para a obtenção de dados essenciais, procedeu-se à análise do conteúdo das entrevistas.

Os resultados do estudo permitem constatar que a degradação das condições económicas e sociais das famílias, a ausência ou apagamento da figura paternal, a reconstituição familiar, a orfandade e o alcoolismo são fatores que explicam a existência do fluxo de crianças e jovens *de/na* rua no município do Lubango.

Concluiu-se que o nível de intervenção feito pelos técnicos da ação social tem permitido resultados positivos entre os jovens. Isto justifica-se pelo enquadramento de uma grande parte de jovens no sistema nacional de educação e inserção nas áreas de formação profissional. Acresce-se, ainda, o facto de muitos jovens reconhecerem as privações, a precaridade e a perigosidade que a vida na rua lhes oferece.

Palavras – chave: Rua, Risco, Educação, Intervenção, Acolhimento.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a study carried out on children and young people living in streets of Lubango. We sought after to understand and analyze the factors which motivate our subjects to live in streets.

The current research used a qualitative / interpretative approach, using semi structured interviews, given not only to the target group of our study, but also to the officers from social action. Subsequently, in order to obtain the essential data, we analyzed the content of interviews.

The indications from the results reveal that the degradation of the family economic and social conditions, the absence or the loss of the paternal figure, the family reconstitution, the orphanhood and alcoholism are the factors related to the existence of the flow of children and young people living in the streets of Lubango.

It was concluded that the intervention made by the officers from social action has allowed positive outcomes among young people. This can be explained by the level of recruitment young people to join the national education system and their integration in different areas of professional training. Apart from this, the fact that many young people recognize the hardships, the uncertainty and danger that street life offers them is also regarded as positive outcome from the referred intervention.

Keywords - Keywords: Street, Risk, Education, Intervention, Home

| | |
|--|-----|
| ÍNDICE | |
| Agradecimentos | i |
| Resumo | ii |
| Abstract | iii |
| INTRODUÇÃO | 2 |
| CAPÍTULO I - CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO E EM PERIGO | |
| 1.1. O Risco e as Crianças <i>de/na</i> Rua | 8 |
| 1.2. A Dimensão do Risco entre as Crianças <i>de/na</i> Rua | 12 |
| 1.3. Factores de Risco/Perigo | 15 |
| 1.4. A Pobreza em Angola: principal factor de risco? | 17 |
| 1.5. Políticas Sociais para o Acolhimento e Protecção de Crianças em Risco | 20 |
| CAPÍTULO II – METODOLOGIA DO ESTUDO | |
| O método de estudo | 27 |
| A entrevista | 28 |
| Análise de conteúdo | 29 |
| Caracterização dos participantes no estudo | 30 |
| CAPÍTULO III – CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO LUBANGO | |
| 3.1. Factores e Contexto | 33 |
| 3.2. Exposição e Risco | 37 |
| 3.3. Rua <i>versus</i> Escola | 41 |
| 3.4. Pressupostos de Intervenção dos Técnicos do MINARS e INAC | 45 |
| 3.5. Acolhimento e Acção Social | 49 |
| CONCLUSÕES | 54 |
| BIBLIOGRAFIA | 57 |
| ANEXOS | 62 |

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O território angolano encontra-se situado na região ocidental da África Austral, a Sul do Equador, confinado entre os paralelos 4° 22' e 18° 02' latitudes sul e os meridianos 11° 41' e 24° 05' longitudes este de Greenwich. Possui uma superfície de 1 246 700 Km², a sua costa estende-se por 1650 km e tem uma fronteira terrestre de 4837 km. O comprimento máximo, no sentido norte-sul, é de 1277 km e a largura máxima, no sentido oeste-leste, de 1236 km. Sendo limitada a Norte pela República do Congo (Brazaville), a Oriente pela República Democrática do Congo (Ex-Zaire) e pela República da Zâmbia, a Sul pela Namíbia e a Ocidente pelo oceano Atlântico. É o quinto país de maior dimensão ao Sul do Sahara (Santos, 1998:10).

Angola é conhecida como um dos países de maiores potencialidades económicas da África Subsaariana com recursos naturais agrícolas, florestais, hídricos e minerais que se estendem por todo o seu território e orla marítima, com uma paisagem que alterna o deserto com a floresta virgem tropical. A sua superfície arável é estimada em 35 milhões de hectares e os solos mais férteis encontram-se junto aos rios, onde se concentram os aluviões que, em geral, são ricos em elementos minerais e compostos orgânicos. As áreas de pasto extensas para a produção pecuária, situam-se no planalto sudoeste. Enormes extensões de florestas tropicais localizam nas províncias de Cabinda, Uíge, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Moxico e Kuando Kubango, com espécies tropicais raras¹. Existem também plantações de eucalipto e pinheiro, desenvolvidas num triângulo nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla. Estes diversos recursos minerais², embora não totalmente avaliados, incluem diamantes e hidrocarbonetos, e constituem setores para a consolidação da economia e o desenvolvimento do País (Ibidem:10).

De acordo com estimativas do Inquérito de Indicadores Múltiplos, (MICS) realizadas em 2001, Angola tem uma população de 13.8 milhões de habitantes. Esta estimativa é baseada nos dados do registo eleitoral de 1992, em censos parciais e suposições demográficas, uma vez que não houve nenhum censo nacional desde 1970.

A população angolana é muito jovem: cerca de 50% dos angolanos têm menos de 15 anos de idade, 60% têm menos de 18 anos de idade; 93% da população tem menos de 50 anos de idade. A análise da estrutura populacional por idade e sexo revela

¹ Ébano, sândalo e paurosa.

² Quartzo, mármore, granito, rochas ornamentais, cobre, chumbo, estanho, ferro, manganês, ouro, urânio, etc.

um *déficit* significativo de homens especialmente pronunciado nos grupos etários dos 20 aos 29 anos, ou seja, para cada 100 mulheres angolanas existem em média 91 homens. É provável que este *déficit* de homens se encontre associado à guerra e à emigração masculina (INAC, 2003:11).

Estimativas do PNUD realizadas em 2001 revelam que as cidades mais populosas de Angola são Luanda com 1.500.000 habitantes e, segundo dados de 1983, Huíla com 203.000 habitantes, Benguela com 155.000 e Lobito com 150.000 habitantes³.

De referir que, Angola tornou-se independente a 11 de Novembro de 1975, e em 1978, durante o *I Congresso do MPLA*, adoptou-se a Língua Portuguesa como língua oficial. Além do português, são faladas outras línguas nacionais como o Kimbundu, Umbundu, Kikongo, Lunda-Cokwé, Nganguela, Kwanyama, Nyaneca-Humbe e outros dialectos. A 04 de Abril de 2002, é assinado o Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), pondo-se fim a décadas de conflito armado (INAC, 2003:11).

Para um melhor enquadramento e compreensão da complexidade do cenário étnico angolano, eis a classificação de Henderson (1990): (i) os Congo (Bakongo, Kikongo, Xicongo), com cerca de 13% da população; (ii) os Kimbundu, situados entre os rios Cuanza e Dande, tendo o dobro da população do Congo; (iii) os Umbundu, que constituem o maior grupo etnolinguístico (37%) e o mais homogéneo, estabeleceram-se a sul do rio Cuanza, no planalto central, dispersando-se pelas províncias mais populosas (Huambo, Benguela e Bié); (iv) o grupo Ambó, na fronteira entre Angola e a Namíbia, e que representava menos de 3% da população e possuía a maioria do gado de Angola, sendo o principal fornecedor do planalto central; (v) os Nhaneka-Humbe, habitando entre os Umbundu e os Ambó e representando cerca de 5% da população angolana; dispersam-se pelos distritos da Huíla e Cunene, desde as vilas de Chongoroi e Quilengues, a Norte, até a fronteira da Namíbia a Sul; (vi) o grupo Herero, nas províncias de Benguela, Moçâmedes e Huíla, chegando ao interior a partir do deserto do Namibe; (vii) os Lunda-Chokwe (5%) localizados para lá da região banhada pelos rios Kassai, Cuango, Zambeze e Cuanza, no Leste de Angola; (viii) os Ganguelas, ocupando maioritariamente as províncias do Kuando Kubango, Huíla e Bié e sendo o grupo mais

³Recorri a estatísticas de 1983 e de 2001, sendo que estes são os números oficiais actualmente disponíveis. Contudo, de acordo com o site www.embaixadadeangolaemportugal.com este número terá duplicado até aos dias de hoje.

heterogéneo de Angola, correspondente a cerca de 7% da população angolana (Henderson, 1990:19 a 27).

O território angolano divide-se em 18 províncias e comporta cerca de 163 municípios, dos quais destaca-se neste estudo o município do Lubango, local onde decorreu todo o processo empírico do trabalho.

Assim, o Lubango é um dos municípios da província da Huíla, localiza-se na zona sudoeste da província e limita-se: a Norte pelos municípios de Quilengues e Cacula, a Leste pelo município de Quipungo, a Sul pelo município da Chibia e a Oeste pelos municípios da Humpata e Bibala, este último pertencente a província do Namibe. Este tem as comunas: Lubango⁴, Hoque, Cacula, Arimba e Quilemba⁵.

O Município do Lubango tem uma superfície de 3 147 km². Estima-se uma população de 1 414 115, sendo 690 764 masculinos e 723 351 femininos. É o município mais populoso da província da Huíla⁶.

O território em análise é conhecido como terra do Ovanyaneka-Nkhumbi⁷. De acordo com alguns estudos etnográficos realizados por Estermam (1957), Redinha (1967) e outros, no século XVI, altura em que se deram os primeiros contatos com os portugueses, essa região era habitada pelo grupo acima descrito.

Secundo Henderson (1990) “este será um dos grupos mais conservadores de Angola. Preferiam refugiar-se em locais recônditos a aceitar a “invasão” do seu *modus-vivendi*”. Nesta óptica, a região passou a ser habitada por indivíduos de outras regiões de Angola que, nesta altura vinham como funcionários da administração ou contratados para trabalhos em estradas e na agricultura. Esta situação mudou grandemente o mosaico habitacional da região.

Partindo das diversas etnias que compreendem o território angolano, no Lubango podemos encontrar representados os Ovimbundu, Ambundu, Bakongo, Cokwé, Herero, Ambó, Ovanyaneka-Nkhumbi, Nganguela e San. Existem também europeus, principalmente da península Ibérica.

⁴ Comuna sede.

⁵ Esta ainda não está legalizada.

⁶ Huíla. Presente e Futuro, 2007: 30.

⁷ Trata-se de uma designação em discussão pois o termo é catalogado como uma classificação colonial que mantém alguns padrões de alteridade em função da proximidade ou não dos nativos em relação ao colonizador. Dentro dos Ovanyaneka-Nkhumbi encontramos os Ovamwila, Ngambwé, Ovankhumbi, Ovandonguena, Ovahinga, Ovacuncua, Handa de Cipungu, Handa da Mupa, Cipungu, Cilenge Humbe, Cilengue Muso. Numa análise actual estes grupos rejeitam a ideia de serem “subgrupos” e, a ideia de agrupá-los induz os leitores a ilusão de que a Huíla tem apenas dois grupos étnicos, os Ovanyaneka e os Ovankhumbi.

Deste modo, o presente trabalho de investigação aborda a problemática das crianças e jovens *de/na* rua no município do Lubango. No mesmo, prende-se perceber os fatores que estão na base da saída de inúmeras crianças para à rua.

Torna-se no entanto importante referir que, o problema crianças e jovens *de/na* rua tem sido estudado desde 1970, os primeiros estudos sobre o assunto procuraram na altura quantificar estas crianças, e mais tarde surgiram tipologias baseadas em critérios como, tempo de permanência na rua ou vinculação familiar.

Em Angola, o enigma crianças *de/na* rua, teve início em 1992 logo após o reinício do conflito armado entre as principais potências políticas do país, nomeadamente Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). À guerra, que sucedeu deste conflito, originou centenas de refugiados e deslocados de guerra que eram na sua maioria, mulheres e crianças. Estas crianças em situação de rua, eram assinaladas como vítimas da guerra, uma vez que tinham perdido os seus pais ou sido abandonadas por estes.

De acordo com dados do Relatório de Seguimento das Metas da Cimeira Mundial pela Infância em Angola (2000:21):

As crianças de rua são, de modo geral, um fenómeno dos anos 90, em particular do período que começa com o reacender da guerra em finais de 1992. Antes do início dos anos 90, não existiam crianças a mendigar nas ruas e nunca se tinha ouvido falar de crianças a dormir nas ruas. Estas características da vida urbana tornaram-se evidentes em meados e finais dos anos 90, à medida que as condições sociais se deterioraram em consequência da guerra.

Em Angola, as crianças em situação de rua e principalmente aquelas que fizeram das ruas a sua casa, são um dos grupos de crianças de maior risco entre as que vivem fora do ambiente familiar. Estas encontram-se distribuídas pelas cidades de Luanda (em maior número), Benguela, Lobito, Lubango e Malange. Além disso, existem números maiores de “*crianças na rua*”, isto é, crianças que vivem com as famílias mas passam a maior parte do seu tempo nas ruas, a vender ou a esmolar para a sua sobrevivência ou para a sobrevivência das suas famílias.

Dados do Relatório de Seguimento das Metas da Cimeira Mundial pela Infância, (2000:23) revelam que:

Embora a grande maioria das crianças de rua seja do sexo masculino, algumas raparigas vivem também na rua. Relatórios das ONG's que trabalham na assistência a estas raparigas indicam que elas são um grupo de crianças em risco excepcionalmente elevado por serem vítimas de violações brutais, doenças

sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e abortos feitos em condições perigosas.

No contexto atual, a população angolana ainda vive as consequências dos devastadores anos de guerra que assolaram o país, o que contribuiu imenso para o agravamento das condições sociais desta nação. Ora este facto, fez com que um número significativo de crianças se visse obrigada, por diferentes motivos (pobreza, violência física ou mental, desestruturação familiar, exclusão social, proteção e atenção, morte dos pais), a procurar nas ruas da cidade o que muitas vezes não encontram em casa. E é neste universo de rua, que frequentemente recebem a designação “*crianças de rua*”.

Sendo assim, o presente estudo pretende compreender e analisar os fatores que estão na base da existência de crianças e jovens *de/na* rua no município do Lubango. Para tal, torna-se pertinente tentar perceber a partir da análise e ponto de vista das próprias crianças e jovens, bem como dos técnicos de intervenção social, quais são as razões para a existência de tal problema no município em questão.

Deste modo, interessa-nos especificamente, ao longo desta investigação: (1) examinar os aspectos que estão na base da existência de crianças *de/na* rua; (2) analisar a acção das Instituições Sociais face ao problema crianças *de/na* rua; (3) perceber as razões da alternativa *rua* ao invés de lar; (4) observar o nível de satisfação/insatisfação em relação à rua.

Assim, surgem algumas questões para o desenvolvimento deste projeto: Porque razão, ainda se verifica no município do Lubango um grande fluxo de crianças *de/na* rua? Que estratégias de intervenção são desenvolvidas para controlar este fluxo?

De forma sucinta o presente estudo, baseia-se numa abordagem qualitativa/interpretativa, sendo a entrevista utilizada como método de recolha de dados no campo e a análise de conteúdo como técnica de tratamento de dados.

Estruturalmente o trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo faz-se o enquadramento do estudo, centrando a abordagem aos fatores de risco e perigo, à dimensão do risco, à pobreza como fator principal de risco e as políticas sociais para o acolhimento e protecção e crianças em situação de rua. No segundo capítulo, faz-se referência a todo conjunto de procedimentos metodológicos utilizados na investigação. No terceiro e último capítulo, apresenta-se o estudo empírico. E por fim as conclusões e bibliografia utilizada no trabalho.

**CAPÍTULO I - CRIANÇAS E
JOVENS EM RISCO E EM PERIGO**

CAPÍTULO I - CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO E EM PERIGO

1.1. O Risco e as Crianças de/na Rua

Muito se tem dito e escrito sobre os problemas associados à crianças e jovens em situação de risco. Tal fenómeno começou a ser uma preocupação dos trabalhadores sociais a partir do século XIX.

O conceito de risco, neste contexto de estudos sobre crianças em situação de perigo, torna-se relevante e várias explanações decorreram. Neste âmbito, Einsetein & Souza (1993:18) entendem o risco como a “probabilidade da ocorrência de algum evento indesejável. Os riscos não estão isolados ou independentes do evento social. Estão inter-relacionados a uma complexa rede de factores e interesses culturais, históricos, políticos, sociopolíticos e ambientais.”

Numa análise posterior, Gameiro (1999:305) argumenta que “correr um risco é em grande parte dos casos, ter um grau de probabilidade elevado que aconteçam percursos negativos num futuro mais ou menos próximo.”

Pelos conceitos acima apresentados, observa-se que o risco está presente em variadíssimos cenários. Estando a nossa abordagem virada para o contexto das crianças e jovens *de/na* rua, Penha (2000) citado por Rocha (2009:31) entende que as situações de risco estão associadas às situações de crianças que, pelas suas características, biológicas ou familiares, se encontram potencialmente sujeitas a falhas na satisfação das necessidades de ordem física, sócio-emocional e familiar, implicado no seu processo de desenvolvimento.

As origens do risco são diversas e as suas interpretações variadíssimas. Assim, Pais & Vilaverde (2003:409) sustentam que “os jovens mais permeáveis ao risco são os que se acostumaram, desde bastante novos, a terem contacto com a noite, sem que os seus pais lhes impusessem uma hora de regresso a casa ou sem que manifestassem preocupações por saber por onde eles andavam.”

Por seu turno, numa análise anterior, Penha (1996:11) considerava a criança em risco “a criança que pelas suas características biológicas e ou pelas características da sua família está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer de omissões e privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectiva”.

Para o autor, a ideia da criança em risco deve ser abordada, em primeiro lugar, a partir do cenário familiar. As condições sociais e a relação entre pais e filhos constituem

um importante indicador para a existência de alguma vulnerabilidade e possibilidade de recurso a rua. Assim,

[...] Torna-se difícil definir fronteiras muito nítidas entre criança em risco ou criança maltratada na medida em que o risco se situa exactamente na fronteira entre a forte probabilidade de vir a acontecer e o acontecer. Ora como os maus tratos resultam de processos dinâmicos e contínuos nem sempre é possível determinar com exactidão onde acaba um e começa o outro (Ibidem: 11).

A precaridade das condições sociais são unanimemente referidas por vários autores como sendo a condição necessária para a “evolução” do fenómeno nas mais diversas partes do globo terrestre. Deste modo, Koller & Hutz (1996) salientam que estas crianças em situação de risco, além de estarem expostas à pobreza, que traz consigo condições inadequadas de moradia, falta de saneamento básico, condições precárias de assistência médica e desemprego, podem ser vítimas, testemunhas ou até mesmo autoras de abusos¹, abandono, dificuldades escolares e desestruturação familiar.

Em geral, estas crianças em situação de risco são definidas como aquelas que não têm condições físicas, psicossociais e emocionais de desenvolvimento, se comparadas à média das crianças da sua faixa etária. São crianças que se desenvolvem num ambiente que envolve tanto a miséria económica quanto a afectiva, com prejuízos variados (Rocha, 2009).

O que diferencia o conceito de “*mau trato*” da insuficiência e privação de cuidados resultantes da pobreza em que muitas crianças vivem é a intencionalidade atribuída ao mau trato definindo-se este pelo “caracter não acidental ou intencional da agressão que pode ser física ou psíquica, activa ou passiva e que tem como significado profundo, consciente ou inconsciente, a rejeição afectiva da criança” (Penha, 1996:11).

Entre os grupos de crianças e jovens em situação de risco, as crianças *de/na* rua têm merecido atenção especial de diversos investigadores sociais. Vários levantamentos demográficos e investigações têm descrito estas crianças e os diferentes riscos aos quais são expostas.

Foi no ano de 1954, que surgiu a primeira descrição sobre um menino de rua numa telenovela intitulada *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*, que descrevia a vida de uma criança nas ruas de Espanha. No século XIX, Charles Dickens no seu romance *Oliver Twist*, publicado em 1921, relata a história de um menino de rua (Koller & Hutz, 1996:11).

¹ Emocional, físico e sexual.

Em 1851 foi usado pela primeira vez o termo *criança de rua*, pelo escritor Henry Mayhew, na sua obra *London Labour and the London Poor*, contudo, este termo só alcança o seu uso geral em 1979, Ano da Criança definido pelas Nações Unidas. Antes desse período, estes menores eram conhecidos como “menor abandonado” ou como “menor infrator” (Ibidem:11).

Na óptica de Sebastião (1998:1):

A expressão crianças de rua poderá resultar da constatação do fraco desenvolvimento físico de muitos dos membros do grupo, que sendo na realidade etariamente adolescentes, são por isso confundidos com crianças (...). O fenómeno social Crianças na rua integra-se nesse leque de situações que não se enquadram nas concepções dominantes de infância/adolescência. A utilização desta expressão faz-se apenas por razões de ordem prática, implicando sempre a sua crítica e clarificação sociológica.

Por seu turno, Rocha (2009:47-48) citando Pinto (2001) acrescenta que a característica fundamental da criança de rua tem que ver com o facto de ela ter de procurar na rua a sua sobrevivência. São crianças que estabelecem de modo contínuo as suas relações sociais e económicas nas ruas, principalmente, dos grandes centros urbanos, ou seja a cidade, e as suas ruas constituem o ponto referencial de todo o fenómeno das crianças de rua. A cidade aparece como um espaço privilegiado onde tudo acontece.

A ênfase que se atribui a ideia do fenómeno crianças de rua ser característica dos centros urbanos tem que ver com o facto de haver uma ideia mais ou menos “conservadora” de família. Nas sociedades rurais angolanas, quando se constitui uma família, existe a preocupação sustentar e educar os filhos. Mesmo dependendo da agricultura de sobrevivência ou do pequeno comércio, procura-se dar o mínimo possível aos filhos. Ter um filho a circular pela aldeia pedindo esmolas pode ser uma grande humilhação para os seus pais. Os órfãos² são também distribuídos pela família com a possibilidade de se garantir o mínimo possível.

Para alguns autores como Fernandes (2008:44) até aos anos 80, as crianças e jovens que eram vistos nas ruas das grandes cidades, eram designados como menores abandonados, e o perfil que se tinha deles correspondia essencialmente ao de crianças

² Pese embora, Pereira (2008) considere a distribuição dos órfãos pela família como sendo a razão principal para a acusação de feitiçaria à crianças. Este facto, na perspectiva da autora, ocorre por causa das dificuldades económicas dos parentes que procuram descarta-se dos petizes. Importa realçar o fenómeno das “crianças feiticeiras” tem sido muito frequente em meio urbano. Todavia, alguns dos relatos referentes as crianças de rua são resultado do conflito armado angolano que resultou num grande êxodo do campo para a cidade do qual abordaremos com algum desenvolvimento mais para frente.

carentes, menores infratores, com comportamentos divergentes ou condutas anti-sociais. A estas expressões estavam associadas a imagem de crianças e adolescentes pobres que habitavam as ruas e que não mantinham nenhum vínculo familiar.

Ao quotidiano de enormes dificuldades enfrentadas no seu dia-a-dia estão associados uma série de estigmas que as colocam numa condição de grande fragilidade e situações adversas. Nesta óptica, Rocha (2009:12) utilizando como contexto de análise Pinto (2001) [...] as crianças de rua constituem uma preocupação crescente, dada a acumulação de factores negativos que rasgam a sua rede social de apoio, dificultando substancialmente a sua socialização. Para além do estigma da pobreza que carregam, muitas destas crianças e adolescentes confrontam-se com certas acusações, muitas das vezes infundadas. De entre as acusações destaca-se a de viverem à custa da delinquência, o que os tem tornado alvos fáceis para os instrumentos de repressão pública e privada.

Estudos realizados pelas Nações Unidas em 1986 descrevem a criança *de* rua como: “[...] qualquer menino ou menina que não alcançou a idade adulta e para quem a rua (no sentido mais amplo da palavra, incluindo casas abandonadas, terrenos baldios, etc.) tornou-se sua habitual fonte de vida e que é inadequadamente protegida, supervisionada ou orientada por adultos responsáveis”.

O conceito crianças *de* rua conhece várias interpretações e depende muito do contexto de evolução. Deste modo, Fernandes (2008:45) citando Rizzini (1992) afirma que a expressão “*meninos de rua*” pode ser compreendida sob duas perspectivas: aquela em que as crianças e os jovens vivem e sobrevivem nas ruas, e aquela em que as crianças são oriundas de bairros populares recorrendo à rua para contribuir para o orçamento familiar.

Deste modo, surgem dois termos diferenciados: “meninos de rua³” para designar, o grupo das crianças que vivem de facto na rua, e “meninos na rua” para designar o grupo de crianças, que recorrem à rua e embora passem aí a maior parte do seu tempo acabam por regressar a casa nem que seja só para dormir (Ibidem, 2008).

Nesta sequência, Notto *et all* (1993:5) descrevem “meninos de rua” como:

[...] Crianças e adolescentes que vivem nas ruas trabalhando, preambulando ou esmolando, tirando o sustento de actividades como tomar conta de carros, vender objectos em faróis, furtar, etc. Muitos foram abandonados pelos pais, fugiram de casa

³ Ao nível deste trabalho serão várias vezes destacados os conceitos de crianças/meninos de rua/na. A opção pelos dois conceitos está relacionada a utilização dos referidos conceitos pelos diversos autores. Ambos possuem fronteiras bastante ténues mas, pela utilização se pode observar alguma ambiguidade.

ou simplesmente fizeram da rua uma fonte complementar de renda da família. Vivem em pequenos grupos que, obedecendo a uma hierarquização, seguem regras e utilizam vocabulário característico.

Coloca-se então a questão da idade para se identificar uma criança de um adolescente. A discussão é bastante complexa na medida em que alguns autores colocam os adolescentes na mesma condição. Tudo porque a fronteira entre a criança e o adolescente é bastante ténue e não depende apenas da idade. Depende também do desenvolvimento físico e “mental” das mesmas. Nesta ordem de ideias, Roca (2000:15) refere que:

[...] O termo “criança de rua” refere-se a crianças com idades compreendidas entre os 6 e 11 anos e jovens adolescentes entre os 12 e 16 anos, os quais não têm acesso ao sistema formal de educação e que passam a maior parte do tempo na rua. Eles dependem principalmente de suas próprias estratégias para subsistir, uma vez que suas famílias e parentes, ou qualquer outras pessoas, não assumem essa responsabilidade. O termo é usado em sentido amplo para indicar principalmente crianças e jovens adolescentes urbanos, tanto no centro como nos subúrbios da cidade, que são forçados pela pobreza ou guiados pelo desejo de independência a tentar conseguir sustentar-se [...] na rua: mendigam, lavam e tomam conta de carros, vendem, engraxam sapatos, carregam água, etc. As actividades que eles desempenham são em geral, economicamente marginais e pouco profissionalizados [...].

Contudo, embora seja constante o uso dos termos meninos ou crianças *de/na* rua, é comum na sociedade a utilização da terminologia “crianças em situação de rua” para designar estes dois grupos.

Nesta sequência, Koller & Hutz, (1996:11) sugerem esta terminologia, pois para estes autores, definir grupos estáticos como meninos de rua ou meninos na rua é uma temeridade, pois a complexidade e a diversidade do espaço da rua produz uma dinâmica bastante particular à vida das pessoas que dele se utilizam.

Rocha (2009:50) menciona que *a condição* [...] de rua está marcada pelo abandono e pela violência. Quase sempre, o estar nesta situação demonstra, em si, o não respeito e a violação dos direitos da infância e juventude.

Neste quadro de análise vislumbram-se uma série de vicissitudes entre as crianças e jovens *de/na* rua que as torna bastante vulneráveis para manipulações e abusos de vária ordem. Há incomensuravelmente uma dimensão do risco a analisar.

1.2. A Dimensão do Risco entre as Crianças de/na Rua

Quando nos referirmos à dimensão do risco entre as crianças e jovens *de/na* rua, surge em primeira instância os fatores associados a este problema. Assim, a degradação

das condições de vida familiar surge como principal fator para o aumento dos comportamentos de risco e consequentemente para a existência de crianças e jovens *de/na*. E, associado a este fator destacamos a pobreza, os maus-tratos e a violência no meio familiar. Desta feita, considera-se primeiramente a análise do conceito de família.

Recorrendo a Neiva-Silva & Koller (2002:208) citando Woortmann (1987) a família é “uma unidade ideológica, construída culturalmente no contexto socio-económico, no qual está inserida, consiste em laços consanguíneos e/ou afectivos, como um grupo doméstico, e como uma unidade social, ligada a um arranjo residencial, podendo ainda incluir membros não relacionados por parentesco.”

Ainda do ponto de vista da caracterização da família como fator gerador de comportamentos de risco, Giddens (2004) na sua breve panorâmica, refere que a grande diversidade de famílias e formas de agregados familiares tornou-se um traço distinto da época actual. O índice de divórcios subiu significativamente, contribuindo para o crescimento de famílias monoparentais. Constituem-se “famílias recompostas” através de segundos casamentos, que envolvem filhos de relações anteriores. Esta situação tem aumentado índice de violência no seio familiar.

De acordo com Rocha (2009:35):

A maioria dos pais considera que a sua exclusiva responsabilidade perante os seus descendentes é a de lhes dar uma boa educação, alimentação, bem como vesti-los. Contudo, esquecem-se que anteriormente a todos estes cuidados é imprescindível tratá-los com carinho, amá-los, respeitá-los e compreendê-los. Só assim as crianças conseguirão um desenvolvimento harmonioso e integral sendo o pilar de uma estrutura afectivo emocional.

Assim, o universo familiar torna-se, num instrumento de transmissão de hábitos e costumes baseados em valores e normas sociais, transmitidas aos mais novos, através do processo de socialização.

Para Azevedo & Maia (2006:62) “a organização familiar constitui um ponto-chave para que a criança cresça e se adapte de forma saudável às constantes alterações provenientes do meio ambiente. Quando uma família não consegue manter a organização, torna-se mais vulnerável às pressões e perturbações provenientes do meio podendo emergir, nestes casos, as situações de maus-tratos, entre estes e o infantil.”

Rocha (2009:35) citando Sprinthall & Collins (1994) refere que os comportamentos de risco advêm de “uma combinação entre certas situações familiares e determinados factores ambientais [...]. A qualidade do relacionamento entre os pré-adolescentes e os pais mostrou ser um dos principais factores preditivos.” A estes

factores se pode acrescentar “a pobreza e a exclusão social são, também, factores que comprometem a situação de risco na infância”. Ainda nesta linha de pensamento se pode observar que “o fenómeno social das crianças em situações de risco resulta da actuação de mecanismos estruturais de exclusão, que condicionam a forma como os grupos sociais em situações de pobreza estruturam as suas estratégias de sobrevivência e reprodução social” (Sebastião, 1998:12).

Por seu turno Santana *et all* (2005) identificam entre os diversos fatores para a emergência do risco no seio familiar as questões financeiras e a violência no lar.

De entre as diversas formas de violência contra as crianças, o abuso sexual tem sido a tendência em diversas sociedades. Neste quadro Andrade (1995) faz referência ao abuso sexual de crianças que se define como um contacto sexual entre uma criança e um adulto tendo em vista a satisfação sexual do adulto. O abuso sexual de crianças revelou-se um facto assustadoramente banal e encontra-se com mais frequência em famílias pobres, mas tem lugar em todos os níveis da estrutura social. Esta forma de violência é apresentada como um dos motivos para que várias crianças abandonem os seus familiares e prefiram o perigo das ruas.

Neste quadro de análise Penha (1996:13) sublinha que:

A pobreza afecta dramaticamente as crianças de tal forma, que as crianças de famílias pobres irão suportar, com enormes probabilidades, ao longo dos respectivos ciclos de vida, pesados estigmas condicionantes de ultrapassar as condições de pobreza. [...] A privação dos recursos elementares à satisfação das necessidades básicas como a má nutrição, a falta de higiene, as más condições habitacionais e as suas consequências, na saúde, no desempenho escolar e na inserção social, constitui um factor de reprodução social da pobreza que atinge uma significativa faixa da população [...].

Partindo deste quadro de análise e fazendo uma breve observação dos conceitos “crianças em perigo” e “crianças em risco”, observamos que ambos os conceitos reúnem diversas condições de legitimidade e de actuação, dado que as situações de risco referem-se a um perigo apenas potencial para a efetivação dos direitos da criança, enquanto que as de perigo legitimam qualquer nível de intervenção.

Segundo a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, o conceito “crianças em perigo/risco” tem um sentido mais lato uma vez que inclui todas as situações que comprometem ou que colocam em causa a segurança, a saúde, a formação, e a educação ou desenvolvimento pleno do menor.

Sendo assim, pode-se considerar “crianças em risco” as crianças que, por um lado, apresentam disposições genéticas e de personalidades específicas e, por outro,

vivem num contexto ambiental marcado pela pobreza, pela violência, pela inadequação das relações parentais, pela monoparentalidade (Anaut, 2005:39).

1.3. Factores de Risco/Perigo

Do ponto de vista de Anaut (2005:32) citando Garmezy (1996), um fator de risco poderá ser um acontecimento ou uma condição orgânica ou ambiental que aumente a probabilidade da criança de desenvolver problemas emotivos ou de comportamento.

De acordo com Marcelli (1996) citado por Barbosa (2008:07) os fatores de risco são “[...] todas as condições existenciais na criança ou no seu meio ambiente que envolvem um risco de morbilidade superior à que se observa na população em geral através dos inquéritos epidemiológicos”.

Deste modo, Penha (1996:13) no seu estudo sobre “Crianças em Risco” identifica vários factores de natureza social, que podem constituir risco para a criança.

Neste estudo a autora faz a diferenciação entre dois níveis de variáveis, assim à nível macro-social destaca como fatores de risco para a criança, a pobreza e a desadequação entre as capacidades e necessidades da família nuclear e a organização da vida e do trabalho, e à nível micro-social identifica como fatores, o stress social, as famílias funcionalmente deficitárias, a falta de suportes sociais, os estilos de vida, os factores culturais e os factores de risco centrados na criança.

Deste modo, a autora, identifica no seu estudo variadas situações externas que originam o perigo para a criança, analisando depois situações em que crianças se encontram causadoras de perigo como a deficiência de uma criança, a fraca inserção da família numa rede de suporte social, os baixos rendimentos da família ou ainda a presença de factores perturbadores como a doença crónica ou comportamentos desviantes no seio familiar.

A semelhança de Penha, Calheiros (1996) aborda com clareza a questão, das *crianças em perigo*, apontando o contexto familiar como o lugar onde normalmente surgem as situações de perigo.

No seu estudo Calheiros (1996:183) faz referencia aos conceitos de maus-tratos e de negligência, passando pela evolução do conceito de Criança e de Infância, e chegou a conclusão de que “o maus-tratos e a negligência de que a criança é vítima é diferente em função do agente activo da situação ser uma figura parental primária ou um outro elemento do agregado. Sendo o papel da mãe culturalmente definido como central

nas áreas da saúde, higiene, acompanhamento diário, relação, interação e supervisão escolar da criança, esta aparece associada aos níveis mais graves de mau trato psicológico e negligência física da criança. Ou seja, quando estes aspectos falham na educação das crianças, verifica-se que o problema é atribuído sobretudo à mãe”.

Na mesma linha de pensamento, Almeida (1999) fez vários estudos sobre os maus-tratos às crianças em Portugal, e propôs uma noção abrangente de maus-tratos, definiu como objetivo principal a construção de uma tipologia de formas de abuso e negligência.

No seu estudo apresenta como inovação a distinção de tipos de maus-tratos que noutros estudos são englobados num só conceito. Assim, Almeida (1999:111) identifica nove tipos de maus-tratos: abuso emocional com agressão física; agressão física com sequelas; intoxicação; abuso sexual; trabalho abusivo; ausência de cuidados básicos; ausência de guarda; abandono definitivo e mau trato *in útero*.

Outro autor que faz referencia aos fatores de risco/perigo é Canha (2003:33) que desenvolveu um estudo prospetivo de cinco anos sobre o papel de uma pessoa de referência na recuperação da criança. Ao fazer uma abordagem da história dos estudos sobre maus-tratos e negligência parental, contribui igualmente para a definição de maus-tratos, na perspectiva da medicina mas que acaba por se aplicar a todas as áreas que estudam este facto, e de negligência, considerando-a como “uma forma muito frequente de mau trato, insidiosa e de graves repercussões para a criança”. Nestas definições a autora inclui ainda o abuso e exploração sexual e o mau trato psicológico ou emocional.

Deste modo, Breia, Almeida & Cêloa (2004:103) consideram como principais factores de risco: (1) Risco estabelecido, que se refere à criança que apresentam problemas físicos ou mentais graves de etiologia conhecida, passíveis de originarem atrasos de desenvolvimento; (2) Risco biológico, que se refere à crianças que apresentam antecedentes pessoais e familiares, nomeadamente, no que se prende com os períodos pré, péri e pós natais que podem resultar em problemas de desenvolvimento e (3) Risco ambiental, onde se podem verificar crianças cujas experiências precoces, nomeadamente, cuidados maternos e familiares, cuidados de saúde, nutrição, oportunidades de estimulação física, social e de adaptação, são de tal modo limitadas que implicam uma alta possibilidade de atraso no desenvolvimento.

Convém no entanto realçar a lei 147/99 de 1 de Setembro que define, no seu artigo 3º, alínea 2, as *crianças e jovens em perigo* como as que se encontram numa das seguintes situações:

“a) está abandonada ou vive entregue a si própria; b) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) é obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais ao seu desenvolvimento; e) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de fato se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”

Analisando as questões referentes a problemática das crianças e jovens *de/na* rua convergem as ligações do fenómeno a pobreza e exclusão social. Todavia, o “problema está relacionado com todas as implicações sociais, económicas, culturais e políticas, que estão ligadas ao reconhecimento dos direitos e necessidades do indivíduo” (Rodrigues, 1998: 556). Há uma tendência do autor em não centrar a família como o principal fator de risco mais um conjunto de aspetos. Pelos factos até agora apresentados impõe-se uma avaliação da pobreza⁴ no contexto angolano pois, o nosso campo de análise é o município do Lubango (pertence a província da Huíla, uma das províncias da república de Angola).

1.4. A pobreza em Angola: principal fator de risco?

A pobreza é encarada como um problema mundial, pois desde há algum tempo que vários países se deram conta de que esta, é uma questão global e que é um terreno que mina a coesão social e que destrói a fraternidade dos povos.

De acordo com a conceção do Banco Mundial (2000), a pobreza é um fenómeno que se refere à privação de bem-estar, que se manifesta em variadas dimensões que se influenciam mutuamente e pode ser medida através do acesso individual ao rendimento, à nutrição, à saúde, à educação, aos recursos, à habitação e a um determinado conjunto de direitos no contexto da vida social.

⁴ Devemos aqui ressaltar a inexistência de dados concretos sobre o município do Lubango. Desde a era colonial que não se realiza um censo populacional em Angola e os dados disponíveis sobre Angola são projecções de organizações internacionais como PNUD e UNICEF.

Sebastião (1996:84) ressalta que “a reprodução da pobreza não se relaciona apenas com a não transmissão de bens materiais, [...] ela diz respeito a uma herança alargada de representações, atitudes, valores e saberes práticos que são fundamentais para os jovens tentarem antecipar possíveis quadros de vida”.

Relacionando o contexto angolano, a proliferação da pobreza tem sido justificada pela guerra civil que vigou desde 1975 (ano da emancipação política) até ao ano de 2002 (com a assinatura do memorando de entendimento do Luena⁵ entre o governo angolano e as forças militares da UNITA). Nesta linha de pensamento Feliciano, Lopes & Rodrigues (2008:50-51) afirmaram:

Angola atravessou, nas últimas décadas, processos sociais, políticos e económicos de grande conturbação, destacando-se como factores de condicionamento socioeconómico a guerra civil prolongada e devastadora, a crescente dependência do petróleo e a urbanização maciça, no plano social, para além do elevado número de deslocados de guerra e da desestruturação social e familiar provocada pelo conflito, assistiu-se à falência do sistema centralizado de gestão económica e à redução drástica das actividades industriais não associadas à produção petrolífera. [...] Neste contexto, a pobreza aumentou substancialmente nas últimas décadas e, no domínio da protecção social pública, os níveis de cobertura tornaram-se globalmente cada vez mais reduzidos, cobrindo apenas trabalhadores do formal de maneira insuficiente e constantemente desactualizada.

Em Angola, as questões financeiras levam a que muitas crianças sejam forçadas a trabalhar para garantir o sustento familiar, tornando-se pequenos vendedores ou empregados domésticos. Nas famílias rurais e urbanas com baixa capacidade de renda, o envolvimento das crianças no trabalho é uma necessidade nascida da pobreza. Para além disso, algumas crianças de famílias mais pobres nas cidades, são obrigadas a trabalhar como *zungueiros*⁶, sendo frequentemente expostas aos perigos da vida nas ruas (Relatório de Seguimento das Metas da Cimeira Mundial pela Infância, 2000:).

Na sociedade rural angolana as crianças, a partir de tenra idade, têm sido tradicionalmente vistas como parte da força de trabalho da família e não só como dependentes. Crianças com idades entre os 10 e os 12 anos começam a ajudar os seus pais nos campos. As raparigas também ajudam as suas mães nas tarefas domésticas e na recolha de água e lenha. Os rapazes são responsáveis por guardar o gado,

⁵ Município da província do Moxico, uma das províncias da república de Angola.

⁶ Termo que provem do *Kimbundu* e que geralmente é utilizado para identificação do vendedor ambulante.

particularmente nas principais regiões de criação⁷. Na maioria das famílias rurais, tais imperativos tendem a limitar as oportunidades de escolarização das crianças e, especialmente, a das raparigas (INAC, 2003).

Em Angola, a luta pela sobrevivência levou um grande número de famílias a mandarem os seus filhos trabalhar fora de casa. “Em 1993, 4,4% das crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos e 22,3% das crianças com idades entre os 15 e os 19 anos estavam empregadas. Cerca de 60% dos trabalhadores com idades entre os 10 e os 14 anos eram raparigas, mas, no grupo etário dos 15 aos 19 anos os rapazes eram ligeiramente em maior número do que as raparigas”. Outros, nas suas inúmeras tentativas para fugir à miséria material e emocional, optam pela exploração sexual dos próprios filhos (Relatório de Seguimento das Metas da Cimeira Mundial pela Infância, 2000:31).

À exploração a que algumas crianças estão sujeitas acresce-se a ideia de autonomização precoce que é analisada por Sebastião (1996:86) nos seguintes termos:

[...] A autonomização precoce é um dos elementos das culturas de pobreza, onde cedo as crianças são chamadas a assumir responsabilidades familiares, tomando conta dos irmãos ou sendo desde pequenas autorizadas ou incentivadas a encontrar na rua parte dos recursos inexistentes em casa [...]. É contudo de ter em atenção a importância dos efeitos situacionais, que podem ter um papel importante na ida para a rua. A fuga a um conjunto de situações adversas [...] pode simplesmente dar origem à queda noutras ainda mais graves [...], reforçando a integração em redes de tipo marginal.

Num estudo realizado pela Organização da Mulher Angolana (OMA) em 2003, demonstra-se que o principal alvo do abuso físico no meio familiar é a criança, principalmente as crianças com menos de doze anos. O segundo tipo de violência é a que é exercida pelos maridos sobre as mulheres. Contudo, as mulheres podem também ser perpetradoras de violência física doméstica contra os filhos pequenos e maridos.

Em Angola, e na maior parte dos países em desenvolvimento, a situação da mulher é caracterizada pela morosidade na resolução dos seus principais problemas. Diferentes fatores estão na base desta situação, tais como: mão-de-obra barata na atividade laboral e no campo, o analfabetismo, os baixos níveis de escolaridade e de formação profissional, assim como ainda se mantém a ideia tradicional do estatuto de procriadora (Relatório de Seguimento das Metas da Cimeira Mundial pela Infância, 2000).

⁷ Sul, sudeste e sudoeste angolano.

Neste país, tem-se observado um aumento no número de mulheres como chefes de família, devido à viuvez ou à separação dos cônjuges por razões socioeconómicas ou à quebra de valores morais na família, provocando essas situações o crescente surgimento de crianças *de/na* rua, expostas a todos os riscos, inclusivamente a prática do roubo e ao uso de drogas. As meninas, com idade inferior à 14 anos, são muitas vezes obrigadas a prostituírem-se (INAC, 2003).

Devido à enorme sombra da guerra, Angola continua a ser um dos países mais pobres do mundo, mas a sua economia começou a crescer novamente e, enquanto exportador de petróleo, beneficiou do aumento dos preços do mesmo na última década.

Contudo, o trabalho infantil continua a ser omnipresente, a penetração da pobreza, a falta de instalações escolares e a ausência de apoios sociais, fazem com que o trabalho infantil continue a ser um desafio significativo.

Estudos realizados pelo Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2010 realçam que as piores formas de trabalho infantil são difíceis de quantificar, contudo as suas principais características são razoavelmente bem conhecidas e incluem os seguintes tipos: crianças de rua, tráfico de crianças, prostituição infantil, tráfico de drogas e o trabalho doméstico.

1.5. Políticas Sociais para o Acolhimento e Protecção de Crianças em Risco

Pelo que foi exposto mais acima, pode-se verificar que existem várias situações de risco e que cada uma possui as suas implicações no meio em que a criança se encontra inserida.

Deste modo, é fácil perceber que o diagnóstico precoce se torna cada vez mais indispensável, no entanto torna-se necessário salientar o obstáculo da criança maltratada que revela dificuldades em pedir ajuda directamente, dado não apresentar o discernimento necessário para compreender que precisa de ser ajudada contra as pessoas das quais é dependente (Ramos, 2008:106).

De acordo com o artigo 1.º da Convenção dos Direitos da Criança, uma “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”. Assim, e dado a vulnerabilidade inerente a uma criança, os pais deverão ser os principais responsáveis pelo seu sustento e desenvolvimento. Nos primeiros anos de vida, a criança é totalmente dependente dos adultos, sobretudo no que diz respeito à alimentação. Os pais são responsáveis pela criança e devem garantir a satisfação das necessidades físicas e psicológicas da mesma.

No ponto n.º 1, do artigo 18.º da Convenção acima citada, é referido que “ambos os pais têm uma responsabilidade comum na educação e no desenvolvimento da criança. A responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe primacialmente aos pais e, sendo caso disso, aos representantes legais”. Esta observação, leva-nos a refletir sobre a importância que é atribuída à família na promoção e desenvolvimento integral da personalidade da criança.

De acordo com Ambrósio (1992) citado por Reis (2009:115), “a importância da família para o desenvolvimento equilibrado de qualquer criança ou jovem é pois inquestionável”. Esta é vista como um meio acolhedor por parte da criança, um meio capaz de garantir segurança plena e de corresponder às exigências dos primeiros anos de vida.

Nos primeiros anos de vida de uma criança, a ligação entre os diferentes membros da família, surgem como elementos essenciais no processo de socialização e equilíbrio emocional. Sendo assim, a pertença a uma família desequilibrada põem em causa o desenvolvimento integral da criança e poderá potencializar o aparecimento de condutas desviantes.

Segundo Reis (2009:115), “quando as crianças, têm uma relação de bem-estar, de educação, de trabalho e de vida em comunidade, maiores serão as probabilidades de se tornarem sociáveis e de se adaptarem às normas estipuladas pela sociedade. No meio familiar a criança poderá ter maiores possibilidades de encontrar as condições indispensáveis ao seu desenvolvimento: amor, protecção, segurança e heterogeneidade”.

A família representa uma muralha onde a criança é protegida do que a faz sofrer e do que teme. Assim, o lar familiar move-se como um abrigo onde os pais e outros membros do seio familiar, constituem um mundo de paz, segurança e amor.

Segundo Casey (1996) citado por Reis (2009:115) “uma criança quando se apercebe de situações instáveis, torna-se insegura, medrosa, agressiva e até mesmo rebelde. Quando se confronta com um meio que não seja verdadeiro e equilibrado, a criança sofre e fica traumatizada, deixando assim marcas profundas de sofrimento constante”.

Partindo desta argumentação sobre a importância da família para o crescimento harmonioso da criança é-nos possível falar sobre fatores de protecção, que visam a redução das situações de risco/perigo para a criança. Estes fatores de protecção, assim como os fatores de risco/perigo também apresentam uma natureza variada. Assim sendo, pode-se ter fatores relacionados com o sistema familiar, com o indivíduo, com a

comunidade escolar, com a religião e com sociedade em geral. Contudo, a prevalência destes fatores depende da problemática em questão e a sua influência pode apresentar-se de uma forma indireta (Ramos, 2008:123).

Assim, podemos considerar dentro dos fatores de ordem familiar, a coesão familiar, a criação de oportunidades para o envolvimento da família, a supervisão parental, o clima afetivo da família e a cordialidade nas relações parentais.

No que tange aos fatores de ordem individual encontram-se inseridos as competências sociais ajustadas, as competências sociais de *coping*, um temperamento ou orientação social positiva e apresentar um sentido bem construído de auto-eficácia e a capacidade de adaptação às mudanças (Barbosa, 2008:9).

Quanto aos fatores de proteção na sociedade podemos considerar a existência de oportunidades e o reforço para o envolvimento na comunidade de um sistema de apoio externo positivo, com recursos formais e informais de que a família se possa socorrer, e a criação de normas e padrões anti-drogas (Melo, 2004:22-24).

De acordo com Rutter (1990) citado por Anaut (2005:51) os fatores de proteção modificam a reação à situação que apresenta o risco, ao reduzir o efeito do risco e as reações negativas em cadeia. Assim, as investigações sobre os fatores de proteção mostram que a proteção resulta por um lado, de variáveis genéticas e constitucionais, das disposições e características da personalidade, dos suportes do meio, e por outro, da disponibilidade, da acessibilidade e da qualidade dos suportes.

Assim, partindo da síntese feita aos fatores de proteção é-nos possível salientar que, no atual contexto social tem-se vindo a assistir, na sociedade angolana, a consideráveis progressos nas áreas da Educação e da Protecção Social de crianças. No entanto, continuam a existir na vida das crianças situações que não lhes permitem adquirir experiências positivas. Tais situações remetem-nos, em regra geral para ambientes familiares instáveis nos quais a articulação de diferentes fatores é determinante na situação de risco.

De modo geral, em Angola a legislação em vigor sobre a criança encontra-se dispersa por vários diplomas legais. As principais normas sobre proteção e desenvolvimento da criança assim como princípios genéricos estão plasmados na Lei Constitucional, no Código de Família, no Código Civil, na Legislação do Trabalho e no Código Penal.

Nalgumas áreas, particularmente no Direito Civil, é dado um lugar proeminente e favorável à protecção dos Direitos da Criança. Convém sublinhar, que a Lei

Constitucional assegura, de maneira específica nos seus artigos 30º e 31º, a compatibilidade das leis internas com os princípios e disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança.

No artigo 30º da Lei Constitucional o Estado Angolano consagra absoluta prioridade à criança e ao jovem, e estabelece o princípio de que a protecção e o desenvolvimento harmonioso da personalidade da criança e do jovem são uma responsabilidade do Estado e da Sociedade. O artigo 31º garante que o Estado, com a colaboração da família e da sociedade, deve promover o desenvolvimento harmonioso das crianças e dos jovens e a efetivação dos seus direitos.

De referir, que a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) foi assinada pela República de Angola aos 26 de Novembro de 1989, e ratificada sem reservas através da aprovação da Resolução nº 20/90 pela então Assembleia do Povo⁸, entrado em vigor na ordem jurídica interna após a publicação no Diário da República de 10 de Novembro de 1990. Os instrumentos da adesão foram depositados a 5 de Dezembro de 1990, junto do secretário-geral das Nações Unidas.

Segundo o estabelecido no paragrafo 1 do artigo 44º da Convenção sobre os Direitos da Criança, com a sua ratificação, o Estado Angolano comprometeu-se a apresentar, ao Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas, relatórios periódicos sobre as medidas adoptadas com vista a tornar efetivos os direitos reconhecidos na Convenção e sobre os progressos alcançados.

A realização dos direitos da criança, incluindo a sua protecção e assistência social constituem prioridade absoluta do Estado e Governo angolano, consagrada na lei constitucional no artigo 30º e na Constituição da República de Angola, no artigo 80º que espelha:

1 – A criança tem direito à atenção especial da família, da sociedade e do Estado, os quais, em estreita colaboração, devem assegurar a sua ampla protecção contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão, exploração e exercício abusivo de autoridade, na família e nas demais instituições;

2 – As políticas públicas no domínio da família, da educação e da saúde devem salvaguardar o princípio do superior interesse da criança, como forma de garantir o seu pleno desenvolvimento físico, psíquico e cultural;

⁸ Uma espécie de “parlamento” por altura do partido único.

3 – O Estado assegura especial protecção à criança órfã, com deficiência, abandonada ou, de qualquer forma, privada de um ambiente familiar normal;

4 – O Estado regula a adopção de crianças, promovendo a sua integração em ambiente familiar sadio e velando pelo seu desenvolvimento integral;

5 – É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar.

Deste modo, o desafio de ultrapassar as dificuldades actuais em termos de sobrevivência e saúde da criança, bem como do seu sucesso escolar, tem estado no centro das atenções e em primeiro lugar entre os objectivos e políticas de Angola para a reconstrução e desenvolvimento, tendo adotado vários programas e estratégias de protecção e desenvolvimento.

Dentre as estratégias e programas do Estado angolano destacam-se os 11 compromissos para com a criança angolana, assumidos em Junho de 2007 durante o III Fórum Nacional da Criança. Estes encontram-se distribuídos em 4 categorias a saber:

1. Esta categoria compreende as crianças com a faixa etária dos zero aos 5 de idade, perfazendo os primeiros compromissos: 1º - Esperança de vida ao nascer; 2º - Segurança alimentar nutricional; 3º - Registo de nascimento e 4º - Educação na primeira infância.
2. Abrange todas as crianças com idade compreendida entre os 6 e 18 anos, cujos compromissos são dois: 5º - Educação primária e educação profissional e 6º - Justiça juvenil.
3. Esta categoria, inclui todas as crianças das faixas etárias descritas nas duas anteriores, ou seja, dos 0 aos 18 anos de idade, retratando os seguintes compromissos: 7º – Prevenção e redução do impacto do VIH/SIDA na família e na criança; 8º – Prevenção e combate à violência contra a criança e 9º - Protecção social e competências familiares.
4. Por último, está a categoria que visa garantir a sustentabilidade das conquistas a favor das crianças, mediante os seguintes compromissos: 10º A criança e a Comunicação Social, a cultura e o desporto e 11º - A criança no Plano Nacional e no Orçamento Geral do Estado (Conselho Nacional da Criança, 2011).

Assim, para garantir a sustentabilidade dos compromissos assumidos durante o III Fórum Nacional da Criança, o Governo de Angola, instituiu o Conselho Nacional da Criança (CNAC), criado pelo Decreto nº 20/07 de 20 de Abril de 2007, publicado no Diário da República I Série nº 48 e, regulamentado pelo Decreto nº 21/07 de 20 de Abril de 2007.

O CNAC é o órgão de concertação social, acompanhamento e controlo da execução das políticas públicas de promoção e defesa dos Direitos da Criança, dotado de personalidade jurídica, autonomia financeira e administrativa.

Este tem como finalidades: (i) promover os Direitos da Criança; (ii) prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral da criança.

Deste modo, as questões específicas relacionadas com o bem-estar e a protecção da criança estão acometidas à responsabilidade de duas instituições com os mesmos objectivos, mas com finalidades diferentes: O Instituto Nacional da Criança (INAC), que organicamente depende do Chefe do Governo (artigo 6º do Decreto nº 8-I/91 de 16 de Março), e a Direcção Nacional da Infância do Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS).

O Instituto Nacional da Criança foi criado em 1991, como resposta prática do Governo na sequência da ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança, em substituição da Comissão Nacional da Infância, uma entidade estabelecida em 1984. De acordo com os seus estatutos, o INAC é um órgão governamental de âmbito nacional, destinado à promoção e desenvolvimento de políticas a favor da criança e que estabelece a articulação de políticas entre as diferentes instituições governamentais e não-governamentais que trabalham em prol da criança. Este órgão é o principal responsável pela pesquisa científica, sensibilização e mobilização social de apoio às crianças e aos seus direitos.

De forma complementar às funções do INAC, o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) é, no âmbito do Governo, o organismo vocacionado para o atendimento da problemática da criança e da adolescência, na implementação de programas operacionais. Para o efeito, foi aprovado o Decreto Executivo nº 60/02 que cria a Direcção Nacional da Criança e do Adolescente (DNCA) em substituição da Direcção Nacional de Infância (DNI).

A DNCA é o serviço executivo do MINARS encarregue da Protecção e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente dentro dos parâmetros de actuação no domínio da assistência social, educação e desenvolvimento dos grupos mais vulneráveis.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DO ESTUDO

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DO ESTUDO

O método de estudo

O processo de investigação científica pressupõe sempre a consecução de um quadro metodológico que se desenha em função da área a investigar. De forma sintética podemos entender por metodologia ao “conjunto de técnicas usadas por uma disciplina particular com o objectivo de manipular¹ os dados a fim de se chegar a um conhecimento” (Mello, 2002:65).

Deste modo, definida da e contextualizada a problemática de estudo, vê-se a necessidade de definir um método que seja adequado e exequível. Assim, em função do terreno que se pretende estudar, o trabalho enquadra-se numa perspectiva de análise qualitativa, configurando-se o estudo como descritivo uma vez que a investigação procura descrever um fenómeno dando importância á compreensão e à interpretação do sujeito.

Utilizando como contexto de análise os trabalhos realizados por Habermas (1996), Beck (1996) e Hradil (1992), Flick (2005:2) destaca que a investigação qualitativa é particularmente interessante para o estudo das relações sociais, dada a diversidade dos universos da vida². Tal diversidade resume-se em expressões essenciais como por exemplo a “nova obscuridade”, a crescente “individualização dos modos de vida e padrões biográficos” e a dissolução das “velhas” desigualdades sociais no seio da nova diversidade dos ambientes, subculturas, estilos e modos de vida.

Optou-se pela perspectiva qualitativa, por ser o tipo de investigação que nos permite valorizar e construir o conhecimento, através dos sujeitos que participam da investigação, ou seja, é a forma de investigação que permite-nos compreender a realidade na sua complexidade, tal com salienta Minayo (1992:10)

A metodologia qualitativa é aquela que incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos actos, às relações e às estruturas sociais. O estudo qualitativo pretende apreender a totalidade colectiva visando, em última instância, atingir o conhecimento de um fenómeno histórico que é significativo na sua singularidade.

Fortin (1999) argumenta que o investigador ao recorrer à análise qualitativa preocupa-se com a compreensão absoluta e ampla do fenómeno em

¹ O autor utiliza a expressão manipulação de dados. Acredito que tal designação não deve ser analisada ao “pé da letra” pois, as novas perspectivas de análise etnográfica fogem desmesuradamente desta perspectiva. Adoptam uma postura reflexiva que se baseia na negociação constante e numa espécie de co-autoria com os seus interlocutores no terreno.

² Os universos da vida, em termos mais simples, podem ser entendidos como o dia-a-dia das pessoas, tudo aquilo que é realizado pelos indivíduos numa dada sociedade ou meio social.

estudo. Visto que procura observar, descrever, interpretar e apreciar o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem pretensão de controlá-los.

Um dos pressupostos epistemológicos que diferenciam um paradigma positivista de um paradigma interpretativo/qualitativo faz referencia à forma como se procura compreender a realidade na sua complexidade (Rocha, 2009:76).

Assim, de acordo com Bogdan & Biklen, (1982) um paradigma é aquilo que nos permite olhar para o mundo e identificar o que nele é, para nós, importante.

Goetz e LeCompte, argumentam (1984) que no quadro de um paradigma interpretativo, começa-se por um conjunto empírico de dados e procura-se encontrar uma teoria que se lhe ajuste. Através de sucessivas análises de fenómenos semelhantes e distintos vai-se construindo uma teoria que explique o que se vai estudando.

Sendo assim, a escolha do paradigma interpretativo revela-se pertinente para o estudo em questão pois procura valorizar a compreensão e a explicação de um fenómeno. Sem ter por objetivo a previsão, através da verificação de leis ou a generalização de hipóteses. Este paradigma pretende desenvolver e aprofundar o conhecimento de uma dada situação num dado contexto (Bogdan e Biklen, 1982).

Deste modo, pode-se afirmar que a utilização da abordagem qualitativa, auxiliada pelo paradigma interpretativo transformam-se no caminho a seguir pelo investigador quando se pretende compreender as vivências, os sonhos, os desejos e as perspectivas de vida dos sujeitos que fazem parte deste processo investigativo.

Assim, a compreensão e análise dos fatores que estão na base da existência de crianças e jovens *de/na* rua no município do Lubango, possui grande interesse, não só pelo contributo dado em termos bibliográficos de uma questão que tem merecido atenção de investigadores sociais ao nível do mundo, como também assegura o crescimento e sofisticação de técnicas metodológicas de intervenção social.

A Entrevista

Geralmente na utilização da abordagem qualitativa e interpretativa as entrevistas constituem um importante meio para a recolha de informação no campo em estudo.

De acordo com Fonseca (2003: 79) “A entrevista desempenha, no domínio da investigação qualitativa e interpretativa, um papel fundamental, na medida em que a partir dela é possível compreender as concepções, as ideias, as atitudes dos sujeitos que participam no estudo em causa”. Assim, as entrevistas transformam-se num

importante suporte no desenvolvimento de recolha de dados no terreno, fundamentalmente no ato de negociação e criação de empatia com os elementos do campo em estudo.

Deste modo, o processo de recolha de informação para a estruturação deste estudo, consistiu na realização de um conjunto de entrevistas semi-estruturadas, em que existe um guião de entrevista, que apesar da existência de um esquema de questões, dá-se liberdade ao entrevistado para se expressar livremente na maneira como aborda os temas e as questões pela sua ambiguidade (Ghiglione, 1997: 84; Quivy, 2005: 192-193).

Haguette (1997) citado por Moreira (2007:204) define entrevista como um “processo de interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Em termos mais simples podemos entender a entrevista como uma conversa entre duas ou mais pessoas em que perguntas são feitas pelo entrevistador para obter informação do entrevistado. Pode ser extrapolada para vários contextos de análise. É necessário algum cuidado na condução de uma entrevista e, deste modo, Davies [(1999:101), citando Holstein e Gubrium (1995)] fundamenta que:

[...] A good interviewer needs to be open to the possibility that respondents will not be able to discuss the subject in the terms that they suggest. They may, for example, openly reject a line of questioning as nonsensical and perhaps try to redefine what is being discussed; or they may simply not respond, which requires that interviewers try to elicit their respondents frame of reference and perhaps alter their own system of categorization in order to reconstruct a shared understanding.

O autor acima pretende esclarecer que o entrevistador deve ter os seus objectivos bem definidos e jogar com alguma agilidade na condução da entrevista, evitando, seguramente, ser “manipulado” pelo entrevistado (ibidem:101).

Sendo assim, recorreu-se a entrevista, pelo facto desta permitir a recolha de informações profundas, exigindo ao investigador, maior conhecimento acerca da temática a abordar. Assim, optou-se por recorrer a realização de entrevistas individuais para a recolha de informação.

Análise de conteúdo

De acordo com Bardin (2006:38) a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é

a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

Dito isto, percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados.

Chizzotti (2006:98) salienta que, “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Depois de transcritas e revistas as entrevistas, procedeu-se a análise dos trechos das mesmas com a finalidade de compreender o que foi exposto pelos vários intervenientes no estudo.

Caracterização dos participantes no estudo

No que concerne a amostra utilizada, o presente estudo conta com a participação de 8 (oito) crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos.

De formas a obter mais informação relevante para o estudo e de maneiras a compreender o trabalho realizado pelos profissionais da acção social, optou-se também por incluir à amostra utilizada no estudo 3 (três) representantes ligados às diferentes instituições sociais que trabalham em prol da criança no município do Lubango, sendo utilizados como critérios de identificação, o tempo de trabalho e a função que desempenha dentro da instituição.

Apesar de ser considerado o tipo de amostragem menos rigoroso, pelo facto de se proceder a seleção dos elementos aos quais se tem acesso para que a realização da pesquisa seja possível, o presente estudo optou pela utilização de uma amostragem não probabilística por acessibilidade, atendendo ao facto de que as entrevistas foram realizadas pela acessibilidade dos entrevistados.

As entrevistas tiveram uma duração média de 20 minutos e foram gravadas com o consentimento prévio e explícito dos entrevistados, tendo-lhes sido assegurada a protecção das suas identidades. As transcrições das entrevistas foram feitas em computador. Deste modo, a cada entrevistado foi atribuído um código de identificação, correspondente à ordem a que cada entrevista foi realizada.

As entrevistas foram realizadas de forma semi-estruturada, sendo utilizado um guião centrado em tópicos determinados, que serviu para orientar o discurso dos entrevistados, dando-lhes a oportunidade de abordar temas relacionados, utilizando

exemplos de situações concretas. Os objetivos das entrevistas eram os de recolher o máximo de elementos acerca das razões que levam um grande fluxo de crianças a estar na rua, assim como informações relativas às estratégias de intervenção da acção social ao nível do município do Lubango.

**CAPÍTULO III - CRIANÇAS E JOVENS EM
SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO
LUBANGO**

CAPÍTULO III – CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DO LUBANGO

3.1. Factores e Contexto

Pretende-se ao longo deste capítulo descrever e compreender os fatores através dos quais se pode explicar a existência de crianças e jovens *de/na* rua no município do Lubango. Assim sendo, procurar-se-á (mais adiante) perceber o grau de satisfação destas crianças e jovens em relação á rua, bem como analisar as ações desenvolvidas pelas instituições sociais que trabalham em prol da criança neste município.

Desde os anos 90¹ que Angola debate-se com a problemática das crianças e jovens *de/na* rua. Estudos realizados em vários países do mundo comprovam que a maior parte destas crianças provém de contextos sociais desfavorecidos, vivendo nos bairros periféricos das grandes cidades, sendo deste modo, o contexto social e familiar inseparável das condições do meio, tal como realça o discurso a seguir:

[...] muitas delas são órfãos de pai e mãe e os familiares na altura que os pais morrem preocupam-se mais com os bens dos pais e não aceitam as próprias crianças é o que faz com que muitas delas vão para a rua, outras é mesmo pela violência dos pais, pais alcoólatras, pais que estão sempre em conflito [...], outros também porque o pai está separado da mãe, vive com a madrasta, sofrem maus-tratos é o que faz com que muitos deles vão para a rua².

Fatores como a pobreza, alcoolismo, orfandade, ausência ou apagamento da figura paterna, reconstituição familiar, são na sua maioria apresentados como causas potenciais para o surgimento deste facto.

Um dos factores, é a pobreza, as condições económicas e sociais das famílias, muitas das vezes têm os pais desempregados, e eles não conseguem sustentar essas crianças. Então elas encontram uma fonte de receitas, onde vão para a rua para poder comercializar alguma coisa ou para ficar na rua para pedir a alguém que dê alguma ajuda para poder sustentar-se. Outro factor é o alcoolismo, há conflitos, porque o

¹ É importante salientar que o ano de 1990 ficou marcado por uma grande mudança ao nível da História de Angola. Houve um cessar-fogo que resultou na assinatura dos acordos de Bicesse em 1991. A assinatura deste acordo pôs fim ao conflito armado e constituiu a passagem do monopartidarismo para o multipartidarismo. Infelizmente, o processo de paz foi de pouca duração e as eleições de Setembro de 1992 degeneraram numa guerra civil com um saldo elevado de mortos. Foi o retorno a guerra e consequente surgimento de muitos órfãos. A guerra contribuiu também para um grande empobrecimento de muitas famílias e este facto foi tido como uma das razões para o surgimento de crianças *de/na* rua. O conflito armado angolano teve o seu fim em 2002 e se pode depreender que as consequências do mesmo ainda se fazem sentir ao nível de várias famílias, principalmente aquelas que se tiveram de deslocar de um lado para o outro e adaptar-se a novos padrões de vida.

² Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente, Lubango 19 de Junho de 2013.

marido chegou bêbado, a mulher chegou bêbada então os filhos veem aqueles conflitos e vão para a rua³.

Tendo como ponto de partida os fatores apresentados nos discursos acima, vemos claramente que a degradação das condições económicas e sociais das famílias são apresentadas como a primeira condição para que o problema das crianças *de/na* rua ainda se faça sentir no município do Lubango. De facto, a pobreza em Angola é encarada como “*uma vergonha nacional*”⁴, pois é um país extremamente rico e possui uma população muito pobre. Tal problema demonstra que o forte crescimento económico que o país tem registado, numa média de 20%, nos últimos cinco anos, tem uma fraca incidência social. O país está a caminhar para o *Dutch Disease*, conceito utilizado por Fernandes (2004) para ilustrar a forma como o sector petrolífero inibe⁵ o desenvolvimento de outros setores da economia, como seja o setor agrícola que é fundamental para à subsistência das populações em países em Vias de Desenvolvimento (Bahu, 2013: 7).

Existe também uma má distribuição dos rendimentos do petróleo cujos investimentos no setor público são bastante incipientes. Estes rendimentos têm beneficiado uma pequena minoria de indivíduos que formam a chamada «*Nomenklatura petrolífera*» (Fernandes, 2004:116) que confirma o chamado «paradoxo da plenitude ou da abundância⁶» (ibidem:116).

Entrevistando um jovem proveniente da comuna da Batabata⁷ foi possível perceber o empobrecimento do meio rural por falência da agricultura de subsistência. Os solos estão esgotados e precisam de uma reabilitação que deve ser feita a base de cal e estrume de vaca. Este processo se torna bastante oneroso na medida em que a cal, adubos e estrume de vaca não estão ao alcance de qualquer agricultor. Algumas famílias que possuíam grandes extensões de terras passaram a vendê-las a indivíduos abastados. Estes fatores têm contribuído grandemente para o êxodo do campo para as cidades e, por isso, muitos adolescentes aparecem como comerciantes ambulantes no centro da cidade. É difícil uma melhor integração dos mesmos pois, muitos deles, não possuem

³ Conversa com T2 (INAC). Chefe de Secção da Área de Protecção a Criança Lubango, 19 de Junho de 2013.

⁴ Disponível em <http://www.pambazuka.org>

⁵ <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39827/dependencia-do-sector-petrolifero-torna-vulneravel-economia-de-angola>

⁶ Estados que possuem enormes riquezas naturais, em geral Estados petrolíferos, onde, por diversas contingências políticas, sociais e económicas, as populações vivem em extrema pobreza, pois não usufruem dessas riquezas [...] (Fernandes, 2004:116).

⁷ Comuna pertencente ao município da Humpata.

qualquer instrução académica. Eis o que disse o adolescente E3: “Lá tá mal, tem fome”⁸.

Contudo, a pobreza não é o único fator que leva um conjunto de crianças à rua. Muitas delas são também movidas pela violência, gerada muitas vezes, por problemas como o alcoolismo e pela reconstituição familiar. Estamos certos de que estes fatores estão na sua maioria vinculados a fraca qualidade de comunicação, a ausência de afeto e principalmente à condições de grande privação.

Geralmente, o estilo educativo adotado pelos pais é bastante punitivo ou permissivo, e os castigos implementados pelos mesmos não são no sentido de orientar, educar ou de obrigar os filhos a cumprir certas regras.

O que me levou para a rua, eram as condições de casa. O pai quando estava em vida ainda estava mais ou menos, porque o pai sustentava a casa. Depois dele falecer, então a mãe como bebe, o dinheiro que ela trabalhava, em vez de comprar comida para nós, ela ia bebendo. Então nós vimos que não tinha mais outra saída, tínhamos mesmo que ir para a rua⁹.

Notou-se ao longo deste estudo outro facto bastante curioso e intrigante que também é considerado como razão para que muitas crianças busquem o perigo das ruas. Tal facto está relacionado a questão da herança em caso de morte do pai, pois a tradição de algumas famílias que seguem firmemente a tradição cultural do seu povo, sustenta que em caso de morte do pai a herança ou os bens, que normalmente se traduzem por cabeças de gado bovino, bens pessoais do pai, todo o conjunto de mobiliários de casa, e por vezes até os pertences da viúva, devem ser entregues aos sobrinhos, filhos neste caso, da irmã ou irmãs do falecido, deixando os filhos e a esposa numa miséria total.

Juridicamente, o herdeiro é todo aquele que sucede na totalidade ou numa quota do património do falecido. Mais em Angola, que se define como sendo um país multicultural pela multiplicidade de povos que nela habitam, as questões culturais seguidas por estes povos difere em muitos aspectos. Assim, a lei que é seguida pela tradição dos povos que habitam a parte Sul de Angola, mais concretamente as províncias do Cunene e Huíla, rege-se pelo ditado “*Filho da minha irmã, sei que és, pois saíste dela, meu filho? Não estou certo*”. De salientar que deixar a herança para os sobrinhos nestas regiões é um facto muito comum, pois em alguns casos, a falta de fidelidade por parte da esposa é consentida e sugerida muitas vezes pelo próprio cônjuge, isto porque, para estes povos o gado bovino representa a maior riqueza e

⁸ Conversa com E3. Lubango, 28 de Agosto de 2013.

⁹ Conversa com E6. Lubango, 29 de Agosto de 2013.

quando o cônjuge observa que por exemplo o seu vizinho possui uma grande quantidade de cabeças de gado, este no intuito de se aproveitar dos bens do seu oponente, induz a sua esposa a cometer o adultério de maneiras que seja apanhada em flagrante. Como a lei sobre o adultério nestas comunidades é muito severa por parte do homem que foi seduzido, a sua opção é certamente a de aceitar pagar o número de cabeças de gado exigidas pelo marido traído (Afonso; Guilherme, & Tchingundji, 2013:40).

O trecho a seguir ilustra bem o que acabamos de explicar acima: “O meu pai faleceu. Tiraram tudo. Não tenho a pessoa que vou ficar com ele na Batabata¹⁰”. Por outro lado, nestas comunidades é comum a prática da poligamia, o que torna ainda mais difícil para este homem ter o total controlo da fidelidade das esposas e, perceber se os filhos delas são realmente seus, já que nem sempre a infidelidade é sugerida pelo marido.

Contudo, há que realçar o caso de que os filhos podem herdar alguma coisa de seu pai, desde que tal seja feito enquanto o pai estiver vivo (Estermann, 1960:144).

Um outro facto que se foi constatando ao longo da pesquisa tem que ver com a política do imediato que inibe a ambição de projeção do futuro.

[...] Nós tivemos o caso de uma criança que acompanhamos e vimos que são os próprios pais que obrigam a criança a realizar algum trabalho para os poder sustentar. Por terem sido alcoólatras, aqueles pais são doentes e, nesta altura, quem sustenta a casa é um menino de 12 anos. A mãe teve sete filhos dos quais as meninas já têm as suas casas mas levam uma vida também muito difícil. Assim, aquele menino vai transportando água para os prédios e pagam-lhe 100 Kz, 200 Kz. Com o que consegue angariar compra fuba¹¹ e leva para casa¹².

Tal como salientamos acima, apesar de terem passado doze anos de paz, o fator guerra continua a ser apontado como a razão principal para o surgimento de inúmeros casos de crianças *de/na* rua. Este argumento foi enfatizado por Sérgio Mateus nos seguintes moldes:

O surgimento de crianças na rua depende exatamente de vários factores. Naquela altura [...], os estudos apontavam [...] que o elevado número de crianças de rua nas artérias da cidade era consequência do problema da guerra, então dizia-se que o aumento constante de crianças na rua estava ligado com o principal problema que, era o efeito negativo da guerra que desassociava as famílias e fazia também com que

¹⁰ Conversa com E3. Lubango, 28 de Agosto de 2013.

¹¹ Farinha de milho.

¹² Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente, Lubango 19 de Junho de 2013.

as famílias saíssem das suas áreas de residência e se fossem refugiar nos centros urbanos porque eram as áreas mais seguras em período de guerra¹³.

Contudo, ainda temos de salientar outro fator que se relaciona com o desenvolvimento económico da província. Não queremos dizer que o crescimento económico não seja algo positivo. O problema que se apresenta e que deriva desse crescimento é o surgimento do mercado informal onde com alguma facilidade se veem crianças a ganhar a vida nesse local, transportando os sacos de compras de algumas pessoas, prestando serviço aos vendedores, vendendo diversos produtos. Entre outras atividades, nestes mercados a exploração do trabalho infantil é bastante clara e visível.

3.2. Exposição e Risco

As questões relacionadas ao risco/perigo a que muitas crianças e jovens *de/na* rua estão expostas têm uma dinâmica e um impacto que dificilmente passa despercebido na sociedade atual. Tal problema é na sua maioria atribuído à família que é vista como o núcleo fundamental da sociedade que deve satisfazer as necessidades biológicas do indivíduo impostas pela sociedade. É no meio familiar que a criança recebe um conjunto de valores e modelos de comportamento que a preparam para o convívio social.

Contudo, a realidade vivida pelas crianças e jovens *de/na* rua revela-nos que a função da família reflete-se na transmissão de condutas comportamentais aliadas a necessidade de adaptação ao meio que os rodeia. Ou seja, à transmissão de valores que vão permitir a criança adaptar-se às condições de pobreza. Por conseguinte, quando tal situação se regista, cria-se automaticamente na criança o hábito de contar consigo própria, ou seja ela torna-se autossuficiente, desenvolve-se e guia-se pela sua lei, distanciando-se rapidamente da tutela familiar.

Geralmente, as crianças que optam pela vida nas ruas têm um longo historial de maus-tratos e violência perpetrada pelos próprios familiares.

Ao nível da Província da Huíla nós tivemos longos anos sem nunca vermos qualquer criança acusada de feitiçaria, mais há coisa de três anos para cá temos verificado alguns casos desta natureza. São casos também associados a proliferação de seitas religiosas porque muitas das pessoas que fazem a acusação são fiéis convertidos as ditas seitas religiosas cujos líderes, por uma espécie de adivinhação acabam observando o comportamento das crianças e acusam-nas de feitiçaria¹⁴ [...].

A realidade na vida das ruas revela a exposição a grandes riscos/perigos para a criança. Estar submetido a uma rotina de vida que envolve a luta diária pela

¹³ Conversa com T3. Coordenador Provincial da Rede Criança Huíla. Lubango, 24 de Junho de 2013.

¹⁴ Conversa com T3. Coordenador Provincial da Rede Criança Huíla. Lubango, 24 de Junho de 2013.

sobrevivência que se reflete apenas na necessidade de alimentar-se é para o indivíduo uma batalha. Se por um lado, têm de lidar com as tentações diárias que a rua oferece, por outro, têm de enfrentar as constantes perseguições dos homens da lei, de maníacos e tarados sexuais, de estar exposto ao uso e abuso de substâncias psicotrópicas, de ser coagido ou forçado a prática da prostituição, entre outras situações. O texto abaixo ilustra bem a situação de risco a que estão sujeitas as crianças *de/na* rua:

Sim, tínhamos sempre problemas. Porque sempre que dormíamos num determinado quintal a polícia estava sempre de vigia e sempre que chegasse a noite nós levávamos porrete, então tínhamos que acordar sempre de noite, corríamos, só para poder fugir disso, e alguns por vezes corriam riscos. Uma vez apanhados éramos levados para a prisão¹⁵.

É bastante visível o estigma e a discriminação as crianças e jovens *de/na* rua. Tal facto se observa por serem vistas como satélites de marginais e servem de informantes ou coautores em assaltos ou outros actos. A presença destes em zonas comerciais ou locais de trânsito congestionado torna-se algo incómoda para algumas pessoas e daí o soar dos cliques dos bloqueios das portas. As senhoras que se dirigem aos supermercados ou mercados paralelos para fazer compras, apesar de recorrer aos mesmos para o transporte dos sacos até a viatura, mantém uma vigilância redobrada em relação as carteiras e as compras. Estes fatores contribuem para que, em caso de assalto, a polícia tenha os meninos como os principais suspeitos ou, pelo menos, como fonte de informação para a captura de presumíveis criminosos.

Por conseguinte, a adaptação à rua se torna num processo que implica a aquisição de uma série de capacidades e competências indispensáveis para a sobrevivência no meio, o que pressupõe, por parte da criança, um aprendizado de normas e valores que regem a vida de rua. Este aprendizado sugere inclusive formas de adaptação e acomodação em espaços pouco recomendáveis para dormir.

[...] Começamos por dormir por debaixo das escadas de prédios. Enfrentávamos a oposição dos moradores que faziam o possível de tirar-nos daí por desconfiarem da nossa boa conduta. Erámos chamados de bandidos. Impossibilitados de aí estar fomos dormir na rua da Socolil por detrás de um muro alto onde existiam algumas bananeiras. Utilizávamos como cobertores sacos de sarapilheira e estendíamos no chão cartões obtidos através de caixas de papelão¹⁶.

Ao optar por uma vida na rua as crianças aprendem a fazer de tudo um pouco, desde o lavar e guardar carros aos pequenos e grandes assaltos. Quando se trata de

¹⁵ Conversa com E8. Lubango, 29 de Agosto de 2013.

¹⁶ Conversa com E5. Lubango, 29 de Agosto de 2013.

conseguir a quantia monetária necessária para se deslocar de uma cidade para outra a procura do melhor rendimento, não há hesitação. É por esta razão que se tem verificado uma grande migração de crianças pelo território angolano. Normalmente, a meta é Benguela e Luanda, tidas como cidades de oportunidades. Esta disponibilidade de migrar tem sido uma oportunidade para algumas empresas, principalmente estrangeiras que, no intuito de obter mão-de-obra barata para o setor da construção civil ou fazendas¹⁷ agropecuárias, aliciam as crianças com propostas de salários razoáveis. Infelizmente, chegados ao destino as promessas não são cumpridas e, muitas delas ficam reféns dos ditos contratadores e outras voltam a rua.

Para os que viajam de forma voluntária, tentam a todo o custo reunir um valor monetário para a viagem. “Normalmente assaltam viaturas. Encontrando objetos de valor como joias, telemóveis ou computadores, vendem-nos a preços baixos e conseguem obter o valor para a viagem de autocarro. Assaltam também lojas e as mais visadas são as lojas dos chineses¹⁸”.

Apesar de haver esta conotação negativa em relação as crianças e jovens *de/na* rua, deve-se ressaltar a honestidade de algumas delas que recorrendo a pequenos trabalhos conseguem o seu sustento diário. As estratégias de sobrevivência destas crianças podem ser descritas o trecho abaixo:

Tínhamos muitas dificuldades em conseguir meios financeiros para a nossa alimentação. Assim, recorriamos a pequenos trabalhos como ir ao restaurante Miguelão e responsabilizar-se pelo acondicionamento do lixo em contentores; lavar a loiça do restaurante e, no final da tarde davam-nos uma refeição. Em seguida, recolhíamo-nos aos nossos aposentos naquele quintal e no capim. Tínhamos sempre que nos levantar muito cedo porque a polícia aparecia sempre a madrugada para nos vigiar¹⁹.

Um facto curioso ocorre, muitos destes meninos que habitam as ruas mantêm contato com os seus familiares, apesar de alegarem ter fugido de situações de maus-tratos, violência e grandes privações originadas pela pobreza. A família ocupa ainda um lugar, mesmo que pequeno nas suas preocupações diárias e, acredito que isto acontece, porque muitos desses rapazes *de/na* têm bem patente na consciência o desejo e a esperança de uma vida melhor. “Continuamos a manter contato com a família. Não foi

¹⁷ <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/37412/exploracao-de-menores-no-pais-e-preocupante-diz-directora-do-inac>. consultado no dia 02 de Outubro de 2013.

¹⁸ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente, Lubango 19 de Junho de 2013.

¹⁹ Conversa com E6. Lubango, 29 de Agosto de 2013.

possível continuar com os pais porque o sustento não chegava e a mãe não trabalha. Por esta razão optei pela rua²⁰”.

Apesar de existir na vida diária da rua uma grande exposição ao risco, algo durante a execução desta investigação despertou o nosso interesse ao nível da cidade do Lubango. Existem ainda inúmeros casos de crianças e jovens *de/na* rua, mais o facto curioso é que algumas destas crianças com a grande facilidade que têm em fazer ou conseguir algum dinheiro já não correm o risco de pernoitar na rua. Adotaram a estratégia de juntarem-se em grupos de três ou quatro indivíduos e alugar um quarto num dos muitos bairros periféricos da cidade. O discurso a seguir ilustra claramente tal facto: “Vivo lá em cima, na sonda, no Calumbiro²¹. Alugámos lá uma casa. Pagamos 1500Kz²²”. Outro rapaz afirmou: “Vivo com alguns amigos, aqui no Kamazingo²³. Alugamos um quarto. Pagamos 1500²⁴ kwanzas por mês²⁵”. O interessante nestas duas afirmações tem que ver com o facto de ambos jovens estarem a viver em dois bairros periféricos diferentes e pagarem o mesmo valor em termos de renda.

Constatámos tal facto, pois neste momento, o país encontra-se numa época de franco crescimento económico e a promoção e incentivo feitos pelo Governo à população relativamente ao empreendedorismo, abre e garante uma abertura ao investimento, dando assim, grandes facilidades para se criar e gerir um pequeno negócio, seja ele de que tipo for, o importante mesmo é que garanta um acréscimo à renda mensal. E como prova disso, muitas pessoas que habitam as zonas periféricas do município do Lubango, onde são raras ou até mesmo escassas as actividades de fiscalização na construção de pequenas habitações e, também pela facilidade que existe em confeccionar adobes e conseguir pedras para se erguer essas habitações, permitem a criação dum negócio algo rentável para os seus proprietários, que consiste no aluguer de quartos a alguns jovens. Entretanto, isto não iliba o país de uma situação de pobreza extrema. Há uma periferia muito pobre e estas situações de crianças e jovens *de/na* rua com alguma renda mensal para o seu sustento, são isoladas.

Contudo, há que realçar que nestes bairros, as condições de saneamento básico são escassas, existe uma grande dificuldade para se conseguir água potável, há falta de electricidade e por vezes as casas alugadas por estes jovens não incluem uma casa de

²⁰ Conversa com E8. Lubango, 29 de Agosto de 2013.

²¹ Bairro periférico da cidade do Lubango.

²² Conversa com E2. Lubango 28 de Agosto de 2013.

²³ Bairro periférico no centro urbano.

²⁴ Corresponde aproximadamente a 12 euros.

²⁵ Conversa com E1. Lubango, 28 de Agosto de 2013.

banho. As necessidades são muitas vezes feitas ao relento e a qualquer hora do dia, estando as pessoas sujeitas ao contágio fácil por doenças como a cólera. Não existe qualquer regra para se depositar o lixo, pois a grande desorganização na urbanização destes bairros não permite aos serviços comunitários a recolha periódica do lixo.

Deste modo, podemos salientar o facto de que mesmo que os jovens não estejam mais expostos aos riscos/perigos noturnos de pernoitar na rua. Os locais de residência por eles escolhidos os colocam numa condição de exposição a riscos de contágios por doenças graves, a julgar pela falta de saneamento básico.

3.3. Rua versus Escola

Podemos, de certa forma constatar ao longo de tudo o que já foi descrito neste capítulo, que as questões relacionadas as crianças e jovens *de/na* rua são amplamente exploradas e os motivos apresentados para explicar a sua existência recaem maioritariamente para a pobreza e desestruturação familiar.

Contudo, só estes fatores não são suficientes para explicar em profundidade as razões que levam uma criança a habitar na rua, ou seja, por trás desses motivos, existe também implícita uma enorme vontade de independência. Por conseguinte, acredita-se que o recorrer a rua poderia ser facilitado pelo facto de que estar na rua é para as crianças pertencentes as classes mais pobres uma forma de socialização (Mauluquela, 2009:32).

Deste modo, pode-se salientar o facto de que são várias as motivações para que uma criança esteja na rua, sendo que algumas optam por passar apenas o dia na rua a vaguar, a realizar alguma forma de comércio ou trabalho e de noite voltam para casa. Outras optam por romper definitivamente com a família decidindo viver na rua, desenvolvendo deste modo, várias atividades comerciais que garantam a sua sobrevivência.

Entre os lugares escolhidos pelas crianças e jovens *de/na* rua, destaca-se mais o centro da cidade que abrange duas das principais avenidas do município do Lubango, nomeadamente Avenida Dr. António Agostinho Neto e Avenida Revolução de Outubro, acreditamos que a escolha destes lugares está estreitamente ligada à existência do centro comercial “Millennium” e a enorme concentração de veículos em hora de ponta. Contudo, é possível encontrar estas crianças nas imediações dos supermercados “Casa Azul”, “Casa Boni” e “Marivel”. Nestes locais e principalmente no estacionamento do centro comercial “Millennium” as atividades mais desenvolvidas são o guardar e lavar

carros, pedir esmola e vender alguns produtos tais como papel higiênico, guardanapos de papel entre outros.

Porém, as atividades realizadas por estas crianças podem variar, sendo que algumas e sobretudo as meninas de rua têm como principal atividade durante o dia o transportar água para os prédios, deitar o lixo e a realização de alguns trabalhos domésticos. Sendo que a noite, algumas delas optam pela prática da prostituição.

A esta hora as meninas já lá não estão. Se houver alguma, está drogada e a dormir. Esta hora elas ficam ali na rua, principalmente as que tem bebé, que vão fazendo alguns trabalhos como transportar água para os prédios e conseguir alguma coisa para a sua alimentação. [...] Todavia, o nosso trabalho com as meninas é muito difícil porque muitas delas estão habituadas a prostituição e por angariarem algum dinheiro, mesmo depois de colocadas no internato, fogem e voltam a rua²⁶.

A prostituição destas meninas é um ato muito arriscado e, estão elas sujeitas a muitas situações. Sendo a prostituição em Angola uma atividade marginal e condenada por algumas franjas da sociedade, principalmente as igrejas, o tratamento que elas recebem por parte de quem solicita os seus serviços é, por vezes, violento. Existem homens que experimentam com elas fantasias sexuais que envolvem alguma violência física, existem outros que impõem uma relação sexual sem preservativo. Estes últimos chegam a propor uma soma financeira mais elevada para persuadir a menina a ter relações sexuais sem preservativo. Muitas destas meninas estão contaminadas com o vírus do VIH que, numa situação de inocência inicial, disseminam-no pelos seus companheiros de rua ou a outros indivíduos que recorrem aos seus serviços e se arriscam a uma relação sexual sem preservativo.

Portanto, a realidade da rua implica também por parte de muitas crianças um relacionamento deficiente ou inexistente com a escola. Existem grandes dificuldades em conciliar estes dois elementos – a rua e a escola.

Em muitos países os progressos ao nível da educação são notáveis. Em diversas partes do mundo têm sido registados resultados positivos de investimentos na educação e formação profissional. Contudo, são muitos os países, em que foi verificada pouca ou nenhuma correlação positiva entre educação, crescimento económico e desenvolvimento social (Roca, 2000:12).

Angola, na sua tentativa para ultrapassar o analfabetismo e o enorme atraso educacional nos primeiros anos da independência, conseguiu resultados significativos,

²⁶ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente, Lubango 19 de Junho de 2013.

contudo, a instabilidade política e a devastação causada pela guerra civil, o subdesenvolvimento e a má gestão nas esferas da vida civil, económica e social, o peso do crescimento da pobreza relativa e absoluta, conferiram um preço extremamente alto ao sistema de educação básica e no nível educacional (Ibidem, 2000:13).

Ao nível da província da Huíla, são vários os incentivos feitos à promoção da escolaridade ou formação profissional. Vários projetos e programas têm sido desenvolvidos e implementados nesse sentido, com a finalidade de incentivar a população e fazê-la perceber a importância da escolaridade obrigatória, não só para o país, mais também para a melhoria das condições de vida familiar. Contudo, constata-se que ao nível desta província os projetos ora implementados correspondam a apenas dois dos onze compromissos para com a criança assumidos pelo Governo.

O “Mão Juntas” nós até intitulamos não como sendo um projecto mais um programa. É um programa porque nele ficam contidos vários projectos e então este programa está voltado essencialmente para a implementação de dois compromissos do pacote dos 11 assumidos pelo Governo que são os compromissos número três e o compromisso número oito e que são compromissos ligados ao registo de nascimento e ao combate e prevenção da violência contra a criança. Então quando a Rede Criança Huíla desenhou este programa foi na pretensão de fazer com que as várias instituições sobretudo as não governamentais, membros da Rede Criança Huíla que actuam em vários municípios, comunas e aldeias da nossa província tenham a possibilidade de implementar projectos específicos voltados para a implementação desses dois compromissos²⁷.

Acreditamos que o facto de se dar maior ênfase aos compromissos número três e número oito, esteja estreitamente ligado ao facto de grande parte da população e sobretudo a que vive nos municípios mais longínquos da província não se importar em efetuar o registo de nascimento dos seus filhos logo após ao nascimento. Tal acontece porque grande parte dos nascimentos ainda é feita em casa, acrescentando-se a este facto, a distância que separa a população das administrações municipais e os elevados custos de se registar os filhos maiores de cinco anos. Muitas causas de abandono escolar têm que ver com a falta do registo de nascimento porque os pais não dão valor ao mesmo. Outros casos têm que ver com órfãos que não encontram ninguém que assumam a responsabilidade e ajude no registo. Por esta razão, tem sido recorrente ouvir o seguinte: “Eu andava a estudar, o problema da desistência, é por causa da cédula, não tenho

²⁷ Conversa com T3. Coordenador Provincial da Rede Criança Huíla. Lubango, 24 de Junho de 2013.

cédula, começaram a nos tirar da sala. Falo sempre com a mãe sobre o meu registo de nascimento mas ela não aceita porque não tem dinheiro para tratar da cédula²⁸.

Durante a pesquisa podemos constatar o desejo explícito por parte de muitos jovens em situação de rua de frequentar uma escola ou de fazer um curso profissional, mais o impasse imposto pelos familiares para se tratar do registo de nascimento, leva a que muitos se tornem mais um número nas estatísticas nacionais sobre o analfabetismo.

Importa aqui salientar que o governo angolano lançou uma campanha de registo de nascimento gratuito durante um período de três anos para todos os cidadãos que se candidatem pela primeira vez. Quer dizer, aqueles que nunca tiveram uma cédula de nascimento e bilhete de identidade. Tem-se estado a notar uma grande afluência mas, alguns encarregados de educação continuam a negar-se a acompanhar os seus filhos para o registo. Vê-se que o grande problema está nos pais e não nas instituições do Estado. Estes pais não vêm qualquer importância no registo de nascimento que é visto como um papel qualquer. Existem casos de indivíduos registados num dia, dia seguinte aparecem a dizer que o documento desapareceu ou queimou.

Alguns funcionários do registo civil sediados na periferia têm ido as escolas e lá efetuam o registo de nascimento das crianças e atribuem a cédula e a certidão de nascimento. Consideram este processo algo seguro porque a escola fica automaticamente com uma cópia e no caso de extravio, há sempre como resgatar o documento. O grande paradoxo tem que ver com o facto dos indivíduos com capacidade eleitoral terem o cartão de eleitor. Isto foi um trabalho dos partidos políticos e das igrejas. Pensa-se que se estes elementos também se deviam engajar no incentivo ao registo de nascimento das crianças²⁹.

Por outro lado, alguns destes rapazes já tiveram a oportunidade de fazer um curso profissional, sendo a responsabilidade de tratar de toda a documentação dada ao Ministério de Assistência e Reinserção Social.

[...] Muitos deles já se oferecem para fazer uma formação nós estamos de braços abertos para quem vier, nós enquadrámos porque temos um contrato com o centro de formação “JDS” que é da Missão Católica e a Mecanização Agrícola. Temos muitos que já estão a fazer a formação, muitos já saem da rua para fazer a formação, neste momento temos três na Mecanização, dois aqui na Missão Católica que conseguiram

²⁸ Conversa com E2. Lubango, 28 de Agosto de 2013.

²⁹ Conversa com Sr. Barão (funcionário do registo civil). Lubango, 02 de Outubro de 2013.

compreender que a vida de rua é provisória. Continuam a exercer a sua actividade de lavadores de carros mas, durante o período da manhã vão para a formação³⁰.

Por conseguinte, são muitos os rapazes que por influência das suas amigadas optam por abandonar esta formação. “É mesmo a amizade dos amigos. Alguns participavam mesmo do curso, mais muitos desistiam³¹”.

Todavia apesar dos esforços feitos pelo governo e organizações não governamentais que trabalham em prol da criança, acreditamos que a incapacidade de proporcionar uma educação básica para todos, far-se-á sentir durante alguns anos, não só pelas dificuldades no alcance a população que reside em zonas longínquas, mais também pelo facto de que muitos povos de Angola, e sobretudo na província da Huíla, conterem ainda a cultura³² muito enraizada e não abrirem muito espaço à escolaridade obrigatória.

3.4. Pressupostos de Intervenção dos Técnicos do MINARS e INAC

O trabalho com crianças e jovens em situação de rua, precisa de todo um conjunto de estratégias de intervenção e acção que visem apoiar, perceber e prevenir comportamentos de risco.

Marques e Santos (1993: 25) sustentam que no trabalho desenvolvido com crianças *de/na* “importa dar-lhes compreensão, afectividade, segurança, diálogo, ajuda material e encaminhamento”.

Ao nível da província da Huíla, o trabalho com crianças e jovens em situação de rua é da responsabilidade de duas instituições, nomeadamente o Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS) e o Instituto Nacional da Criança (INAC). Ambas instituições estão licenciadas para o tratamento de questões relacionadas ao bem-estar e a protecção da criança. Contudo, existem também outras organizações não-governamentais que desenvolvem uma série de acções em prol da criança ao nível desta província.

³⁰ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente, Lubango 19 de Junho de 2013.

³¹ Conversa com E1. Lubango, 28 de Agosto de 2013.

³² Quando nos referimos a cultura, não queremos dizer que ela é contrária a escola. A vida no meio rural impõe um padrão baseado na agropecuária e a força de trabalho são os filhos. Quando estes vão a escola o gado não pasta e pode morrer a fome porque não há quem o possa fazer e o pai não tem dinheiro para pagar um pastor. Algumas famílias alternam a escolaridade dos filhos. Cada filho leva dois anos para concluir uma classe. Existem regiões (Gambos – município da província da Huíla) em que os pais, no fim do mês vão a escola dos filhos e cobram um salário: “se o professor ganha por ter alunos, porque não ganhámos nós também por sermos os progenitores dos filhos?” As dificuldades são imensas e já se está a pensar na figura do professor itinerante que acompanhe os alunos durante o apascentamento do gado.

A intervenção feita pelos técnicos destas instituições, cujo trabalho é feito em coordenação, tem sido em primeira instância a de recolher dados sobre o problema e avaliar as causas de tal problema, antes de se pensar numa estratégia que vise combater mais profundamente o problema.

Em relação ao novo fenómeno que se está a verificar no Lubango que é o êxodo do campo para a cidade, ainda não estamos a trabalhar com os mesmos. Recolhemos alguns dados da comissão tutelar para saber qual o motivo desta migração e a origem dos referidos meninos. São provenientes da região de Batabata³³ e doutros municípios. Os da cidade ficam, geralmente, na zona do Millennium a lavar carros e a fazer outras coisas. Os outros são novos e isto é visível através da forma como falam. Têm imensas dificuldades com o português e, entre eles, falam o olunyaneka. Afluem as cidade por causa das dificuldades que enfrentam nas suas zonas de origem como o facto de terem de apascentar o gado e após a venda dos mesmos não recebem qualquer estímulo porque o pai não leva nada a casa. As crianças passam fome, e então o que é que eles decidiram? Em vez de estarmos aqui a apascentar é melhor fazermos um negócio para termos uma calça, para termos uma camisa e muitos deles recorrem a venda ambulante para sustentar a escola dos irmãos ou mesmo a sua. Ficam aqui alguns dias, e depois voltam as suas zonas de origem. É lá que passam o fim-de-semana e gastam o dinheiro. Começa a semana, voltam a cidade³⁴.

Porém convém salientar que estes técnicos que são na sua maioria mulheres têm enfrentado uma série de dificuldades quando se trata de estabelecer a relação de confiança com estes rapazes, visto que o trabalho tem de ser feito muitas vezes a noite.

É a noite que nós fazemos esse trabalho e sempre foi assim que fizemos por ser o período em que mais facilmente se identificam os principais focos. Entretanto, este trabalho constitui um grande risco. Por exemplo, fomos fazer um trabalho com os meninos de rua do Casino e o guarda disse: não vos aconselho, porque esses meninos que estão aqui nesse sítio já não são assim tão pequenos, são adolescentes e, a esta hora estão todos drogados e se subirem vão ter problemas! Optamos por contactar um líder do mesmo grupo que desaconselhou-nos a lá ir dizendo que não valia a pena conversar com aquele grupo porque se tinham tornado tão perigosos que já estavam a matar. Eu como estou sempre aqui e converso com eles, posso fazer um inventário e dizer quantos meninos lá estão. Pedimos auxílio a Delinquência Juvenil que foi adiando constantemente a nossa ida ao local e, apercebi-me que os mesmos foram para Luanda³⁵.

³³ Comuna do município da Humpata.

³⁴ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente, Lubango 19 de Junho de 2013.

³⁵ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente, Lubango 19 de Junho de 2013.

Fomos ao longo desta investigação constatando que cabe ao Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) a responsabilidade de tutela de crianças em situação de rua ou de qualquer outra situação que implique a acção de protecção da criança e que ao Instituto Nacional da Criança (INAC) recai a função de promoção e desenvolvimento de políticas a favor da criança, bem como a divulgação de vários problemas relacionados a esta.

Bem nós aqui no INAC geralmente trabalhamos com vários tipos de caso. Não temos uma criança em que acompanhamos especificamente, trabalhamos elas no geral, porque as pessoas as vezes confundem quando pensam no INAC, pensam logo que nós temos crianças sob nossos cuidados. Quem tem crianças sob seus cuidados é o MINARS, nós simplesmente fizemos a divulgação dessas crianças, nas várias vertentes principalmente situações graves ligadas a violação dos direitos da criança³⁶.

Ao longo deste estudo podemos constatar que estes profissionais possuem um conhecimento razoável sobre o problema das crianças *de/na* rua, e têm bem discriminados e localizados os diferentes focos de crianças nesta situação.

A cidade do Lubango já viveu muitas situações relativas a crianças de rua, principalmente depois do conflito armado. Apareceram várias crianças na rua e se podiam encontrar vários focos como o do Ginga, da Canimambo, do Figurino e, o da Marivel. Nesta altura havia muitas crianças de rua e na rua. As últimas, são aquelas crianças que têm os seus pais os seus familiares e passavam o dia nesses focos para obter alguma coisa para a sua sustentabilidade, e aquelas outras crianças que dormiam na rua, viviam mesmo na rua [...]. Muitas delas não sabiam onde os familiares estavam, então não encontravam um sítio para o seu aconchego e ficavam na rua. [...] Dormiam muitas das vezes em baixo dos prédios, em baixo de pontes, já vivemos muito esta situação que nos últimos tempos tende a mudar porque os focos são bastante reduzidos³⁷.

Contudo, convém no entanto destacar, o facto de que o MINARS e o INAC não são as únicas instituições a desenvolver trabalhos ao nível da protecção e bem-estar da criança, contam também com a colaboração da Rede Criança.

Nós temos uma coordenação da Rede Criança. A Rede Criança é um conjunto de organizações e organismos que trabalham todos em prol da criança; cada organização se responsabilizava por um foco e realizava o seu trabalho. Começámos a ver que as ideias estavam dispersas e por estarem todas interessadas em trabalhar com crianças, criou-se o grupo Rede Criança e passou-se a fazer um trabalho coordenado onde os

³⁶ Conversa com T2 (INAC). Chefe de Secção da Área de Protecção a Criança Lubango, 19 de Junho de 2013.

³⁷ Conversa com T2 (INAC). Chefe de Secção da Área de Protecção a Criança Lubango, 19 de Junho de 2013.

focos passaram a ser divididos em termos de áreas de actuação, quer para apoios ou trabalhos. Este trabalho ajudou-nos muito retirou muitas crianças da rua que ficaram sob a tutela do MINARS e, conseqüentemente o MINARS intermediava uma melhor integração destas crianças através do Programa de Localização Familiar. Podia não ser a família nuclear. Recorria-se também aos tios, primos. Aquelas cujas famílias não apareciam ficavam sob a tutela do MINARS. Foi desta forma que se conseguiu diminuir significativamente o número de crianças de rua no município do Lubango³⁸.

Porém, tem sido difícil, para este conjunto de instituições lidar com a causa da criança ao nível da província da Huíla já que muitas são as organizações que estão a fechar portas, consequência da grande crise económica que afeta muitos países.

Tem sido difícil porque sendo [...] uma Rede de várias instituições governamentais e não-governamentais, não se consegue superar o impacto desta última crise económica que nós temos chamado a crise de “colaboração e parcerias”. É uma crise determinada essencialmente pelo fracasso das várias instituições membros da Rede Criança Huíla, isto por causa de ausência de alguns apoios financeiros externos por parte de várias ONG que compõem a Rede Criança Huíla. Isto tem contribuído para a fragilização de muitas organizações que integram a rede criança. Porque existe o grande princípio de que “uma Rede faz-se com organizações fortes” o que significa que se existirem organizações bastante fragilizadas então a rede também tende a ser fragilizada ou então fraca³⁹.

Um facto muito curioso, despertou a nossa atenção, durante o desenvolvimento do estudo. Ao que tudo indica a província da Huíla e mais explicitamente a cidade do Lubango depara-se agora com um renascimento do fenómeno crianças na rua, mas estas já não passam o seu tempo a esmolar. Optam pela realização de uma forma de comércio, algo que já está a ser devidamente analisado.

Ultimamente tem estado a ressurgir o fenómeno crianças na rua. Começámos a fazer um trabalho com as mesmas mas ainda não terminou. Esses focos estão mais concentrados na zona do Arco-íris e verifica-se que essas crianças praticam um comércio, ficam lá durante o dia. A venda ambulante que realizam é fornecida por alguém para quem as crianças trabalham. Elas não fornecem qualquer informação em relação aos fornecedores dos produtos que vendem. Mas, numa análise assim muito superficial, achamos que alguém dá os negócios e que no fim do dia eles têm um determinado lucro. Realmente estão a surgir muitos focos outra vez mais não de crianças de rua mais sim crianças na rua⁴⁰

³⁸ Conversa com T2 (INAC). Chefe de Secção da Área de Protecção a Criança Lubango, 19 de Junho de 2013.

³⁹ Conversa com T3. Coordenador Provincial da Rede Criança Huíla. Lubango, 24 de Junho de 2013.

⁴⁰ Conversa com T2 (INAC). Chefe de Secção da Área de Protecção a Criança Lubango, 19 de Junho de 2013.

Contudo há que referir que fazer um levantamento para compreender em profundidade as causas desse ressurgimento leva o seu tempo visto que, a partida as crianças se negam a relatar os factos, inventam subterfúgios para fugir da questão. Acreditamos que este posicionamento acontece com alguma frequência por haver o receio de sofrer alguma retaliação ou represália das autoridades por causa da origem dos produtos que comercializam.

3.5. Acolhimento e Acção Social

De acordo com Hill (2000) as crianças e jovens em situação de risco podem integrar instituições, por meio de uma ordem do tribunal, ou ainda quando se estabelece um acordo entre a instituição e os pais, ou até mesmo através de iniciativa parental.

Para entrar num centro tem que haver uma concordância com os pais, a família deve concordar. Quando a criança se torna o suporte da família, temos um passo muito difícil. Para colmatar tal situação prometemos dar a família uma cesta básica⁴¹ e garantir a ida do menino à escola. Acontece que o menino está tão viciado com o dinheiro que mesmo dando a cesta básica, ele não vai à escola. Conversámos com os irmãos e não funcionou porque está habituado a ter sempre algum dinheiro através do transporte de água para os prédios, lavar carros. Ele diz que não quer ir a escola, então sugerimos um curso profissional, também não funcionou⁴².

O discurso acima revela uma clara realidade no município do Lubango. Em alguns casos os responsáveis pela criança ou jovem negam-se a institucionalizá-lo por ser o elemento que sustenta a casa, por outro lado o facto de a criança estar habituada a ter sempre uma ocupação que lhe garante uma certa independência financeira faz com que o próprio jovem veja o acolhimento como um empecilho. Em casos como esse a função exercida pelos técnicos da acção social ao nível da cidade do Lubango restringe-se ao aconselhamento e acompanhamento dos casos, sendo que nenhum tipo de punição é aplicado a estas famílias que violam claramente os direitos da criança.

A nossa intervenção restringe-se ao aconselhamento destas famílias. Damos algum apoio e conversamos com as crianças para serem inseridas no sistema de ensino e em cursos profissionais [...]. Fizemos o acompanhamento dos meninos que estão na escola, vamos ter com a professora para saber como é o aproveitamento dos mesmos e apoiamos com uma cesta básica mensalmente, quando temos disponível. [...] Vamos acompanhando para ver se os pais incentivam a ida do menino a escola ou apenas recebem a cesta básica. Temos tido muito sucesso com certas crianças, neste momento

⁴¹ Composta por alimentos de primeira necessidade, como arroz e fuba de milho.

⁴² Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente, Lubango 19 de Junho de 2013.

temos crianças de rua que estão a terminar o médio⁴³. Todas elas provenientes do foco do Millennium. Eram cerca de vinte oito (28) crianças e, neste momento só temos seis (6) crianças que estão a terminar. Estão distribuídas pelas missões de Caluquembe⁴⁴ e da Huíla, são os únicos que souberam aproveitar, se não os demais são esses que estão mesmo no Millennium⁴⁵.

Contudo, as coisas mudam de figura quando se trata de casos de violência contra a criança em que existem denúncias. A intervenção nestes casos é mais severa e em muitos casos envolve o Departamento de Investigação Criminal.

Bem nós temos vários tipos de violência, violência física e violência psicológica, então dentro da violência física nós geralmente encaminhamos o caso ao Departamento de Investigação Criminal. Recebemos denúncias e muitas delas são anónimas. Então trabalhamos com a Investigação Criminal que submete a criança a um exame de corpo delicto e o caso vai directamente para o Tribunal. E quando é uma violência psicológica nós trabalhamos com a criança e com a família, para poder terminar com a violência no seio da família, saber quais são as causas que provocam essa violência. Este tipo de violência surge geralmente, quando a criança vive com a madrasta ou com o padrasto. Vimos que os pais não têm uma vida regrada em casa então as madrastas ou os padrastos descontam na criança, como retaliação com o objectivo de atingir o pai, mais não está a atingir o pai está a atingir a criança, porque aquela criança fica psicologicamente traumatizada. São os casos que têm chegado até nós⁴⁶.

Relativamente aos centros de acolhimento, a província da Huíla conta com o apoio das missões católicas, que funcionam como internatos, e acolhem crianças e jovens com os mais variados problemas e dificuldades. Existem nestas instituições algumas crianças controladas pelo MINARS que têm no seu historial um longo percurso de rua, orfandade, abandono e violência. O discurso a seguir mostra a capacidade de acolhimento de cada missão;

Por exemplo a missão da Huíla tem a capacidade para 75 crianças do sexo masculino. Neste momento estão 65 crianças lá internadas vindas de várias províncias, também são consideradas como meninos de rua mais os familiares também prestam assistência aquelas crianças. Os pais os consideram indisciplinados e os enviam para a missão a ver se estudam. Já a missão do Sende tem capacidade para acolher 120 crianças do sexo masculino, e 65 crianças do sexo feminino. A missão de São Tiago neste momento

⁴³ Corresponde ao ensino secundário.

⁴⁴ Um dos catorze municípios da província da Huíla.

⁴⁵ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente, Lubango 19 de Junho de 2013.

⁴⁶ Conversa com T2 (INAC). Chefe de Secção da Área de Protecção a Criança Lubango, 19 de Junho de 2013.

tem capacidade para 120 crianças de ambos os sexos. É a capacidade que têm essas missões⁴⁷.

No que tange ao município do Lubango, este conta com uma casa de acolhimento que é a “casa mãe” que neste momento já não tem crianças internadas e funciona como uma casa de passagem para crianças que veem passar férias à Província da Huíla. Há que realçar o facto de que o centro de acolhimento do município foi transformado em casa de passagem, porque havia um grande número de crianças que optavam pela fuga, outras ainda faziam do centro um local onde podiam fazer as suas refeições e passar a noite, enquanto ficavam na rua o resto do tempo, sem frequentar a escola e participar das actividades cotidianas.

Porém, convém também salientar que existem inúmeros casos de crianças que abandonaram a vida nas missões por não aguentarem a rigidez imposta pelos responsáveis das mesmas. “Era muito castigo lá na missão. Tínhamos de capinar, recolher o milho. Olhei para aquela vida e preferi sair de lá⁴⁸”.

Porém, existem muitas dificuldades, enfrentadas por estes técnicos relativamente ao acolhimento e protecção de meninas em situação de rua. Na Província da Huíla, os casos de meninas nesta situação não são muito comuns, contudo foram identificados no município do Lubango alguns casos de meninas que se encontram a viver na rua. A dificuldade que se apresenta na intervenção desenvolvida com estas raparigas, consiste na renitência ao acolhimento, já que estas optam pela prática da prostituição para garantirem a sua subsistência, estando expostas a vários riscos para a saúde. O discurso a seguir relata ao pormenor as dificuldades enfrentadas pelo MINARS na intervenção com meninas em situação de rua;

Nós temos alguns casos de meninas de rua, elas vivem junto a maternidade, no prédio abandonado. O MINARS desenvolveu um trabalho sério com estas meninas e com a sua família. Apoiamos as raparigas com uma cesta básica de 50Kg de arroz, 50Kg de fuba e 15 chapas e a família fez a reabilitação da casa. E infelizmente estas meninas ficaram nesse local apenas quatro dias, venderam as chapas e a comida e voltaram a viver no prédio abandonado. Tentamos junto delas perceber o porquê de terem abandonado a casa e elas alegam que ninguém as conhece no barro onde estavam e que aquele ambiente não era para elas. O grande problemas destas raparigas é o hábito pelo dinheiro fácil, já que vivem da prostituição. Pensamos até em leva-las para

⁴⁷ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente. Lubango 19 de Junho de 2013.

⁴⁸ Conversa com E1. Lubango, 28 de Agosto de 2013.

o município, visto que é muito difícil a prática da prostituição ali, mais elas negam-se, estão habituadas a vida na cidade⁴⁹.

No que se refere a formação, constatamos que a maior parte destes técnicos possui a licenciatura em Ciências da educação na opção Psicologia e outros são educadores de infância. “Nós somos formadas para o pré-escolar, mais temos tido algumas capacitações [...] temos alguns formadores que veem de Luanda que dão uma formação uma vez ou outra, e os colegas que já terminaram fizeram Psicologia também temos aqui, a trabalhar⁵⁰”.

Verificamos ainda que ao nível do município, existe apenas uma pessoa formada na área de Serviço Social, mais que infelizmente não exerce a sua profissão. Contudo há que louvar o facto de já se ter pessoas a formarem-se especificamente em Serviço Social. “Assistente mesmo em si ainda não temos, porque os últimos vão terminar este ano, essa escola só abriu a pouco tempo. [...] neste momento a província da Huíla só tem uma assistente social que é uma madre [...] que também está a trabalhar noutra área⁵¹”.

Realçamos o factor formação por ser bastante importante no trabalho a ser desenvolvido com crianças e jovens que experienciaram situações traumáticas durante o seu percurso de vida. O conhecimento de certas técnicas e estratégias para intervir nestes casos, sobretudo com adolescentes que demonstram agressividade e rebeldia faz-se necessário. Percebe-se por exemplo, que a relação que se estabelece entre o educador e a criança é mantida na base daquilo que o profissional julga ser o mais adequado.

Contudo, este trabalho ainda que incipiente e feito com imensos percalços, demonstra alguns resultados positivos, atendendo ao facto de que muitas são as crianças e jovens que foram retiradas da rua e encontram-se agora inseridos no sistema de educação e a terminar o ensino médio.

⁴⁹ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente. Lubango 19 de Junho de 2013.

⁵⁰ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente. Lubango 19 de Junho de 2013.

⁵¹ Conversa com T1 (MINARS). Chefe de Secção de Atendimento a Criança e ao Adolescente. Lubango 19 de Junho de 2013.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Angola é ainda hoje um país com enormes problemas sociais que se materializam na existência de uma esmagadora maioria de cidadãos que vivem em situação difícil nos meios urbano, periurbano e rural.

Deste modo, procurou-se ao longo desta investigação perceber os motivos que estão na base da saída de inúmeras crianças e jovens para à rua. O nosso objetivo principal era compreender e analisar os fatores que estão na base da existência de crianças e jovens *de/na* rua no município do Lubango.

Assim, confrontando o quadro teórico com o que se foi observando no decorrer de todo o processo investigativo, conclui-se que a degradação das condições económicas e sociais das famílias, a ausência ou apagamento da figura paterna, reconstituição familiar, orfandade, alcoolismo, são realmente fatores que explicam a existência do grande fluxo de crianças e jovens *de/na* rua no município do Lubango.

Subjacente a estes fatores associa-se o rápido empobrecimento da população por falência da agricultura de subsistência; o grande êxodo dos campos para as cidades fazendo com que vários jovens se tornem comerciantes ambulantes e as estes dois junta-se o processo de transmissão da herança.

Relativamente à ação das instituições sociais no município do Lubango, foi-se constatando no decorrer do estudo, que a sua intervenção tem sido bastante positiva no trabalho desenvolvido com muitas crianças em situação de rua, já que uma grande parte delas se encontram inseridas no sistema nacional de educação ou a participar de uma formação profissional, acresce-se ainda o facto de que muitos reconhecem que a vida nas ruas é feita de grandes privações e perigos.

Contudo há que realçar o facto de que são muitas as dificuldades a enfrentar por estas equipas, já que verifica-se por parte de alguns destes jovens um certo comodismo relativamente a vida que levam, realço este facto porque apesar de serem muitas as dificuldades a enfrentar para se conseguir o bom emprego no município do Lubango, já que exige-se um nível de instrução médio ou formação profissional, há que ter em conta que aparecem alguns trabalhos ainda que temporários em muitos mercados informais ao nível do município que podem até certo ponto auxiliar os rapazes até a conclusão de um dos muitos cursos profissionais oferecidos pelo MINARSS já que existe a oportunidade para se negociar o horário de assistência as aulas. Assim, vê-se em muitos destes rapazes uma certa incapacidade para projectar o futuro.

No que concerne ao nível de satisfação em relação à rua, as opiniões dos jovens diferem muito, o facto é que para alguns a vida na rua é muito má, e demonstram uma grande vontade para viver de forma mais decente. Contudo, há que realçar que apesar de muitos terem a consciência de que a rua não é o melhor lugar para se estar, as dificuldades surgem quando têm de enfrentar outra realidade, ou seja, passar a viver num centro de acolhimento, onde existem variadíssimas regras que devem ser cumpridas e respeitadas, certo é que muitos rapazes não aguentam tais regras e a rua volta a ser vista como a melhor opção. Para outros a rua é o melhor lugar para se viver já que estes são os donos da sua própria vida, é-lhes permitido fazer tudo o que quiserem, a rua oferece tudo o que precisam para viver, desde o dinheiro fácil aos grandes vícios.

Um facto curioso que despertou grande interesse durante o decorrer desta investigação foi constatar que o fenómeno crianças e jovens *de/na* rua só é visível no meio urbano já que nas sociedades rurais existe uma grande preocupação da família em sustentar e educar os filhos ainda que a família dependa só da agricultura de sobrevivência ou do pequeno comercio, certo é que para estas famílias ter um filho a mendigar pela aldeia é tido como grande humilhação para os seus pais e mesmo em casos de orfandade as crianças são distribuídas pelos familiares dos progenitores para que se garanta o mínimo possível.

Para finalizar e a título de sugestão, acreditamos que no trabalho desenvolvido pelos vários agentes sociais ao nível do município do Lubango no que concerne as crianças em situação de rua seria bastante proveitoso a introdução de acções de formação que permitissem aos mesmos obter maior conhecimento sobre como abordar e intervir com a família, a escola e principalmente com a criança nesta situação.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, M. I. (1995), *Educação para Saúde – Guia para Professores e Educadores*, Texto Editora.
- Azevedo, M. e Ângela da C. Maia (2006), *Maus-Tratos à Criança*, Lisboa, Climepsi Editores.
- Bardin, L. (2006), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Bogdan, Robert e Sari K. Biklen (1982), *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à Teoria e aos Métodos*, Porto, Editora Porto.
- Cabral, Manuel Vilaverde (Coord.) e José Machado Pais (2003), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes perante o Corpo: Resultados de um Inquérito aos Jovens Portugueses em 2000*, Oeiras, Celta Editora.
- Chizzotti, A. (2006), *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, 8ª Edição, São Paulo, Cortez.
- Einsentein, E. e Ronald P. Souza (1993), *Situações de Risco à Saúde de Crianças e Adolescentes*, Petrópolis, Cenespa.
- Feliciano, José Fialho; Carlos Manuel Lopes e Cristina Udelsmann Rodrigues (2008), *Protecção Social, Economia Informal e Exclusão Social nos PALOP*, Principia Editora.
- Fernandes, A. P. (2004), *EUA e Angola: a Diplomacia Económica do Petróleo*, Cascais, Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Flick, U. (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Monitor -Projectos e Edições, Lda.
- Fortin, M. F. (1999), *O processo de investigação: da concepção à realização*, Rio Tinto, Lusociência.
- Gameiro, J. (1999), “Traçados Sócio-Psicológicos”, *Traços e Riscos de Vida – Uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*, Porto, Ambar.
- Garrinhas, P. A. (1998), “À procura de um futuro perdido” M. R. A. C. Carneiro (Coord.), *Crianças de Risco*, Pp.261-537, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Giddens, A.(2004), *Sociologia*, 4ªedição. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goetz, Judith Preissle e Margaret Diane LeCompte (1984), *Ethnography and Qualitative Design in Educational Research*, New York, Academic Press.
- Goetz, Judith Preissle e Margaret Diane LeCompte (1984),) “Qualitative Research: What It Is, What It Isn’t, And How Is’t Done”, Bruce Thompson (Ed.) (1994) *Advances in Social Science Methodology*, Volume 3, pages 141-163, JAI Press.
- Magalhães, T. (2004), *Maus tratos em Crianças e Jovens*, Coimbra, Quarteto Editora.
- Marques, Adelina Odete e Vieira dos Santos (1993), *Trabalho com Crianças de Rua*, Lisboa, Instituto de Apoio à Criança.
- Mello, L. G. (2002), *Antropologia Cultural: Iniciação Teoria e Temas*, 9ª Edição, Editora Vozes.
- Minayo, C. S. (1992), *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*, São Paulo, HUCITEC-ABRASCO.
- Moreira, C. R. (2007), *Teorias e práticas de Investigação*, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Neiva-Silva, Lucas e Sílvia Helena Koller (2002), “A Rua como Contexto de Desenvolvimento”, In R. Lordelo, A. M. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.), *Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento*, São Paulo, Casa do Psicólogo – Salvador: Ed. UFBA.
- Penha, M. T. (1996), *Crianças em Risco*, Lisboa, Direcção-Geral da Acção Social, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Quivy, Raymond. e Luc Van Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rodrigues, E. A. (1998), “Menores em Risco: Que Família de Origem?”, In M. R. A. C. Carneiro (Coord.). *Crianças de Risco*, Pp.539-696. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Santos, I. (1998), *Monografia de Angola*, Colecção: cadernos económicos Portugal-Angola, edição nº10. Câmara de comércio e indústria Portugal-Angola.

Sebastião, J. (1998), *Crianças de Rua – Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa*, Lisboa, Celta Editora.

ARTIGOS E TESES CONSULTADOS

Afonso, Victorino Nthovi; Fernando Tchihaiqui Guilherme e Fernando de Jesus Tchingundji (2013), *Implicações da Poligamia no Processo de Herança entre os Ovanyaneka de Tyilengue. Um Estudo Exploratório*, Tese de Licenciatura. ISCED – Huíla.

Bahu, Helder (2006) *Os Quadros Angolanos em Portugal. Integração e Retorno*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

Bahu, H. P. A. (2013), *O Petróleo como Fator de Conflitualidade. O caso angolano*. Trabalho final do módulo – Economia Recursos e Conflitualidade, apresentado na Universidade Autónoma de Lisboa.

Carreira, M. C. (2006), *As Instituições de Solidariedade Social de Protecção a Crianças em Perigo: que intervenção? Estudo de Caso da Associação de Beneficência Luso – Alemã*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

Centro Internacional de Formação (CIT) da OIT & Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) (2010), *Piores Formas de Trabalho Infantil em Cenários de Conflito e Pós-Conflito: resultados de um projecto de investigação*, Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Fernandes, Sara Cristina (2008), *Crianças na Rua, Infância, Trajectos de Vida e Práticas Sociais*, Universidade do Minho, Instituto de Estudo da Criança. *Interacções*, 10, PP. 39-57. Disponível em: <http://www.eses.pt/interaccoes>

Koller, Sílvia Helena e Cláudio S. Hutz (1996), *Meninos e Meninas em Situação de Rua: Dinâmica, diversidade e definição*, Coletâneas da ANPEPP, 1(12), 5-12.

Koppele, B. E. te (2012). *Crianças de rua em Angola: Caracterização das suas Expressões Culturais*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.

Mauluquela, E. A. (2009) *Centros de Acolhimento: Uma tentativa de Saída da Rua? Um Estudo sobre Razões e Objectivos de Afluência das Crianças da Rua aos Centros de Acolhimento*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

Ministério da Saúde (2008), *Plano Estratégico Nacional para as Infecções de Transmissão Sexual, VIH/SIDA*, Angola 2003-2008.

Ministério do Planeamento (2005), *Estratégia de Combate à Pobreza: Reinserção Social, Reabilitação, Reconstrução e Estabilização Económica*, Luanda, Edição Revista.

Neiva-Silva, Lucas e Sílvia Helena Koller (2002), “A Rua como Contexto de Desenvolvimento”, E. R. Lordelo, A. M. Carvalho & S. H. Koller (Orgs) *Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento* (Pp. 205-230), São Paulo, Casa do Psicólogo – Salvador: Ed.UFBA

Notto, Ana Regina; Solange A. Nappo; José Carlos F. Galdurós e Carlini, E. A. (1993), *III Levantamento sobre o uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua de cinco capitais brasileiras*, Rio de Janeiro, CEBRID/ EPM.

Organização Internacional do Trabalho (2010), *Piores Formas de Trabalho Infantil em Cenários de Conflito e Pós-conflito: Resultados de um Projecto de Investigação*, Turim: Centro Internacional de Formação da OIT.

Projecto Portal do Governo (2008), *Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, Luanda, Versão para Discussão, 2.

Relatório de Desenvolvimento Humano (2005), *Tendências de Desenvolvimento Humano em Angola 1990-2001*, Governo de Angola.

Rizzini, I. (1986), *A geração de rua: Um estudo sobre as crianças marginalizadas no Rio de Janeiro. Série Estudos e Pesquisas*, 1. Rio de Janeiro: USU/CESME.

Rocha, M. F. P. (2009), *Jovens em Situação de Rua: Uma Realidade na Ilha Verde*, Dissertação de Mestrado - Universidade do Minho.

Santana, Juliana Prates; Thaís Mesquita Doninelli; Raquel Valente Frosi e Sílvia Helena Koller (2005), “É Fácil Tirar a Criança da Rua, o Dificil é Tirar a Rua da Criança”, *Psicologia em Estudo* Maringá, v. 10, 2, p. 165-174, Maio/Agosto ARTIGO.

Sebastião, J. (1996), “Crianças da Rua: marginalidade e sobrevivência”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 19, pp. 83-107.

ANEXOS

ANEXO 1. GUIÃO DE ENTREVISTA – FUNCIONÁRIOS DO MINARS/INAC/REDE CRIANÇA

O meu nome é Urânia de Oliveira Francisco, estou a escrever um ensaio sobre “*Crianças em situação de rua*”, o mesmo tem por objectivo geral, analisar o impacto deste problema no município do Lubango. Deste modo, gostaria de obter mais informações sobre este assunto do Sr.(a).

Questões:

1. Nome _____.
2. Há quanto tempo trabalha para o MINARS/INAC?
3. Que tipo de função desempenha nesta instituição?
4. Ao longo dos anos de serviço já trabalhou com algumas crianças em situação de rua?
5. Como caracteriza uma criança de rua?
6. Em sua opinião que factores contribuem para o surgimento das crianças de/na rua?
7. Ao nível do município do Lubango já foi realizado algum estudo sobre este problema?
8. Tem uma ideia de quantas crianças em situação de rua são controladas pelo MINARS/INAC ao nível deste município?
9. E este número é actualizado de quanto em quanto tempo?
10. Que tipo acções são desenvolvidas por esta instituição (MINARS/INAC) em prol das crianças de/na rua?
11. Durante o dia e sobretudo a hora de ponta, tem-se observado na Avenida Dr. António Agostinho Neto, um grande número de crianças, a vender inúmeros artigos, e muitas delas aparentam ter menos de quinze anos. Que tipo de intervenção é feita por esta instituição com estas crianças e principalmente com as famílias das mesmas?
12. Sendo uma instituição que vela pelos Direitos da Criança que tipo de medidas adoptam relativamente à família de crianças em situação de rua?
13. No que se refere aos locais de acolhimento, gostaria de saber quantos centros existem na província da Huíla, e se estão em pleno funcionamento?
14. Que tipo de formação possuem os indivíduos que trabalham nestes centros?
15. Existe alguma formação específica para estes técnicos?

16. Qual é a capacidade de acolhimento destes centros? E por quem são financiados?
17. Sabendo que muitas das crianças em situação de rua tem família, como é que as mesmas reagem ao acolhimento dos filhos?
18. Que avaliação faz do trabalho que tem vindo a desenvolver?
19. Gostaria de acrescentar algo mais sobre o assunto?

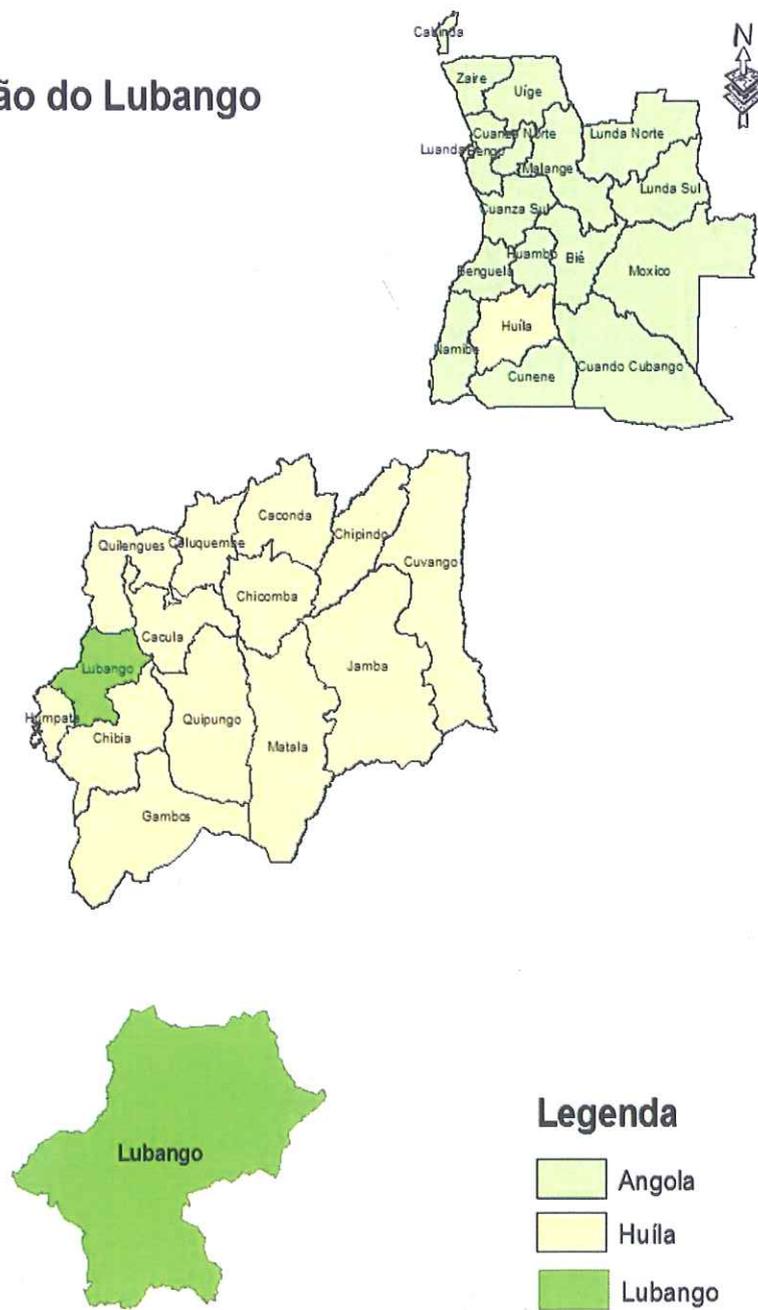
ANEXO 2. GUIÃO DE ENTREVISTA – CONVERSA COM AS CRIANÇAS E JOVENS DE/NA RUA

Temas a abordar:

1. A vida na rua.
2. A vida com a família.
3. Fontes de rendimento.
4. Relação com a escola.

ANEXO 3. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DO LUBANGO

Localização do Lubango



Fonte: Bahu e Chissingui (2011)

ANEXO 4. ALGUMAS IMAGENS REFERENTES AO CONTEXTO DE CRIANÇAS E JOVENS DE/NA RUA



Prédio Sujo. Local de concentração e habitação de crianças e jovens *de/na* rua no município do Lubango.



Espaço no interior do prédio reservado para moradia.



Crianças no interior do prédio sujo.



Vendedores ambulantes, provenientes do meio rural.



Avenida Dr. António Agostinho Neto.